Paulo Sandroni

# O QUE É MAIS-VALIA

editora brasiliense

# O que é mais-valia

*PAULO SANDRONI*
*CAPA DE MIGUEL PAIVA*
*COLEÇÃO PRIMEIROS PASSOS 65*
*CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*
*1982*

# Sumário

Introdução ..... 7

Lendo as “Sagradas Escrituras” ..... 34

O dinheiro ..... 38
Os lucros ..... 40

O consumo das máquinas e matérias prima ..... 50

Trabalho e força de trabalho: o consumo milagroso ..... 55

A acumulação primitiva ..... 58

A mais-valia e o salário: doenças e contra-doenças ..... 67

A mais-valia absoluta ..... 72

A mais-valia relativa ..... 76

A mais-valia via inflação ..... 81

O exército de reserva: a válvula de segurança do sistema ..... 85

A mais-valia vai acabar? ..... 98

Indicações para leitura ..... 109

Biografia ..... 112

*Para o Zuca e a Leo*
*Em memória do Leonardo*
*Para o Juan Cristóbal Tomic*
*e o Luís Travassos*
*que lá na morte deles continuam*
*Lutando contra a mais-valia.*

## Introdução

- “O que você achou da peça?”

A inesperada pergunta da jovem que antes estivera no palco colocou-me na defensiva. Hesitei, e ela se dirigi à pessoa sentada ao lado fazendo maquinalmente a mesma pergunta.

***

No Rio, especialmente no verão, eu não costumava passar as tardes de sábado dentro de um teatro. Mas, a insistência de um colega de faculdade, e a fama que o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE havia granjeado no começo dos anos sessenta venceram minhas resistências e fui assistir meio desconfiado à *A mais-valia vai acabar seu Edgar.*

*Se não me engano, a peça era uma criação*

coletiva do pessoal do teatro de arena da Escola de Arquitetura e os organizadores esperavam a participação do público no final, discutindo as questões levantada. Aliás estava muito em moda levar operários “de verdade” para valorizar este tipo de espetáculo onde se denunciava o imperialismo, mas também a exploração capitalista.

Naquele sábado, no entanto, os trabalhadores convidados talvez tenham ficado mais assustados do que eu com a pergunta da jovem. Nenhum deles abriu a boca e, evidentemente, não entenderam o que o pessoal do CPC pretendia explicar.

Apesar de calouro da Faculdade de Economia, ou talvez exatamente por isso, também não consegui perceber grande coisa. Mas, uma cena da peça coincidia admiravelmente bem com a impressão mais marcante que conservei de minha experiência anterior como assalariado: alguém sem trabalhar lucrava com o trabalho dos outros.

O primeiro impacto que tive com esse problema crucial, isto é, com a exploração existente na sociedade capitalista, foi muito mais prático do que teórico. De maneira que, ao começar a ler as “sagradas escrituras”, já possuía certa bagagem que me ajudou enormemente a compreendê-las. Hoje, os críticos teatrais garantem que do ponto de vista estético a obra era péssima, e é bem provável que tenham razão. Mas para mim o importante foi a identificação de uma questão que havia experimentado na pele e que serviu

como uma espécie de chispa para entender também do ponto de vista teórico, o que era a exploração capitalista.

***

Meu primeiro emprego aconteceu num salão de beleza. Barbeiros e manicures melhoravam o visual de uma seleta clientela em Ipanema, enquanto eu me encarregava da caixa registradora e da limpeza da ala da barbearia. Na verdade, não precisava trabalhar: meus pais tinham condições econômicas suficientes para me sustentar. Mas, aos quinze anos, quis tornar-me “independente” e agarrei o primeiro emprego que apareceu.

Como caixa, fui um surdo e clandestino fracasso. A apuração da féria diária era uma tarefa angustiante, pois como no jogo de basquete, as contas jamais empatavam. Regularmente tinha que tapar os rombos com dinheiro do próprio bolso para não provocar suspeitas ou evidenciar ineficiência. Somente quando já estava em outra, e mais calejado pelas sacanagens deste mundo – mesmo as praticadas entre irmãos de classe -, desconfiei que algum barbeiro, a quem entregava fichas vermelhas para o corte de cabelo e verdes para o de barba, estivesse passando a navalha no meu salário, apresentando no final do dia um número de fichas maior do que as efetivamente recebidas.

Talvez querendo dar-me uma oportunidade

para subir na vida, o dono do salão, o seu Abreu, mandou-me lavar os cabelos de uma senhora gorducha e com cara de vários inimigos. Não deu certo. Ela reclamou (para o patrão) que a minha mão era “muito pesada”. Eu não havia entendido ainda o essencial: num salão de beleza, “lavagem” quer dizer também “massagem”.

Voltei ao caixa. O fracasso amplo e geral convenceu-me que ali as alternativas não eram muito promissoras e saí em busca de algo melhor.

Do salão do seu Abreu, no entanto, levei a seguinte impressão: não me sentia explorado, mas humilhado por receber ordens de alguém que geralmente estava sem razão e desejava apenas demonstrar poder. Por exemplo, volta e meia o seu Abreu reclamava de minha lentidão para contar dinheiro:

- Tem que ser como caixa de Banco!, rosnava.

Responder dizendo que só precisava fazer aquilo uma vez por dia seria inútil. Trabalhava devagar para ter a certeza que os déficits não fossem causados por erros de contagem. Mas isso eu não podia revelar...

Submeter-me às ordens de quem não tinha a razão me feria mais do que se alguém desejando explicitar minha nada desejável situação dissesse:

- Você está sendo explorado, bicho! O teu patrão se enriquece com a mais-valia que arranca do teu suor!

***

Uma razão simples mas poderosa levou-me a buscar emprego numa multinacional: bons salários. Conhecia um pouco de inglês e os grupos estrangeiros, especialmente os norte-americanos, estavam entrando adoidados no Brasil durante o governo JK. Assim, consegui sem grande esforço o lugar de mensageiro numa empresa de distribuição de derivados do petróleo. Ainda menor de idade recebia mais do que o salário mínimo de marmanjo.

Depois de um teste e de uma entrevista que considerei meio indiscreta com a chefe do pessoal – a quem mais tarde quando procurava uma tomada para esquentar a marmita pilhei acariciando uma colega atrás de um portal -, fui admitido na monótona tarefa de subir e descer escadas levando papéis de mesa em mesa.

A lição aprendida no salão de beleza foi enriquecida com alguns desdobramentos interessantes. Em pouco tempo fui promovido: deixei de carregar papéis para fixar-me numa mesa. Durante a manhã, num livro quase do meu tamanho registrava documentos de embarque e desembarque de petróleo e durante a tarde fazia pagamentos fora da empresa. Em relação a meus ex-colegas mensageiros havia melhorado e a importância do novo cargo se expressava assim: eles agora abasteciam e retiravam papéis da *minha mesa*.

A promoção significou um substancial aumento salarial: recebia uma ajuda de custo para transporte

que equivalia quase a outro salário. No entanto, valeu-me também uma declaração de guerra dos demais mensageiros que se consideraram preteridos, pois eram mais antigos do que eu na empresa.

Apesar disso, tudo parecia correr às mil maravilhas. Mas a alegria durou pouco. Rapidamente descobri que, no essencial, o mandonismo ali era idêntico ao do salão do seu Abreu. Talvez com uma diferença importante: na grande empresa as coisas aconteciam de maneira impessoal. As ordens despencavam “lá de cima” como raios, suas origens sendo tão desconhecidas e misteriosas como as da caspa. Explicações pareciam não ser necessárias, e ninguém tinha tempo a perder com tais detalhes.

O mandonismo, como o bocejo, é contagiante. Sem fugir à regra, os chefes intermediários iam repetindo idêntico comportamento com os seus subordinados imediatos: o último da fila que se virasse para efetuar o repasse final em algum desavisado cachorro da esquina.

Numa bela manhã de primavera, alguém proibiu que usássemos almofadas nas cadeira. Quase todos nós protegíamos nossos traseiros com tais recursos e o mal-estar foi geral. Meu chefe, o seu Cunha, ficou entre dois fogos: como sofria de hemorroidas se enfureceu, mas se rebelar contra ordens superiores não estava nos seus planos. Seguindo a tradição, a corrente rebentou no elo mais fraco: embora não fôssemos propriamente

vira-latas da esquina, ele repassou sua fúria no nosso lombo.

Pequenos e grandes chefetes se incumbiram de adicionar várias outras aporrinhações à nossa vida cotidiana, e a operação “judia-bunda” ou “almofada” teve a duvidosa honra de criar um dos ambientes de trabalho mais tensos que já enfrentei.

Pela primeira vez ouvi falar em sindicato. Alguns companheiros chegaram a tentar um protesto organizado: queriam pelo menos saber a razão de tamanha mesquinharia. Outros avivaram a memória dos mais novos com acontecimentos similares do passado, mas filhotes do mesmo despotismo. Percebia a angústia de alguns que pressentiam nossa entrada em rota de colisão com o *poder*. Mesmo sem depender do emprego, também concluí que a defesa da dignidade tinha o seu preço: aos dezesseis anos recebia quatro vezes mais do que o meu primeiro salário no salão de beleza e não estava disposto a perde-lo. Este era o meu referencial na época; mais tarde convenci-me que, todos os salários, por definição, são baixos...

A situação se radicalizou e quase formos levados a um impasse. Mas, talvez inconscientemente alguém encontrou a fórmula salvadora. Vítimas do mandonismo e sem coragem de arriscar o ganha-pão, aceitamos logo a opinião de um colega com pinta de aprendiz de feiticeiro, que sentenciou:

- É uma provocação!

Curioso: às vezes a interpretação mais correta

ou a análise mais verossímil da realidade, ao invés de levar à ação, resulta no mais deslavado imobilismo. E não deu outra: sem mais reflexão aceitamos que se tratava de uma armadilha. Retiramos as almofadas e decidimos esperar outra oportunidade para reagir...

O sindicato estava se formando na época. No entanto, jamais ficou claro se a operação “almofada” tinha a intenção de identificar nossos líderes para coloca-los na berlinda e despedi-los, ou se foi simplesmente o resultado do desvario de algum chefão no Rio ou em Nova Iorque.

Ali também me sentia humilhado. Mas a sensação de estar sendo explorado só me invadiu quando caí neste tremendo alçapão que é a fábrica. Na empresa distribuidora de derivados do petróleo lidava com papéis e não com gasolina ou lubrificantes; como todos faziam praticamente o mesmo, sendo a única diferença aparente que os chefes dispunham de poltronas macias e o resto não podia usar almofadas, os contornos de uma relação de exploração não se apresentavam com total nitidez. Na fábrica as coisas eram diferentes: enquanto uns se esgotavam no batente, outros longe da frente de batalha se cuidavam para não apanhar resfriado no ar condicionado. E outros, mais longe ainda (isso eu então ignorava), viviam de ações de uma empresa que mal sabiam o que fabricava..

Certo dia fui despedido

Me aproximava da idade do serviço militar e a gerência resolveu – como delicadamente disseram – “prescindir dos meus serviços”. Algumas semanas antes a mordomia do meu cargo, isto é, a ajuda de custo para o transporte havia sido fulminantemente eliminada por algum racionalizador de custos em Nova Iorque, e a demissão não me desagradou muito. Mais tarde, no entanto, este simples fato ajudou-me a compreender uma das características do capitalismo moderno: a divisão do trabalho em escala mundial, a internacionalização do capital, a onipresença das empresas multinacionais permitia que a decisão de alguém vivendo a milhares de quilômetros de distância (com quem até poderia simpatizar se conhecesse pessoalmente) me lançasse no olho da rua, sem que eu pudesse esboçar a mínima reação de defesa. Lembrei-me de uma novela de Grahan Greene onde, do alto de um mirante, um dos personagens, justificando um assassinato comentava cinicamente com seu interlocutor, apontando a multidão em baixo:

- Você se importaria se algum daqueles pontos desaparecesse?

***

Na verdade, desde a operação “almofada”, embora não tivesse ainda muita barba para colocar de molho, andava ressabiado e assuntando outros

empregos. Depois de algumas tentativas, acabei tornando-me desenhista de formulários em outra empresa multinacional, essa do ramo têxtil.

A empresa ainda se encontrava em fase de implantação, e era desenhista apenas “no papel”. Fazia de tudo menos desenhar: às vezes consumia a manhã classificando bobinas de tecido num imenso painel; outras passava a tarde controlando o número de fios que entravam numa máquina. A divisão do trabalho parecia ter sofrido uma involução. Ou melhor, uma multiplicação, pois os horários – exceto os de entrada – não existiam, e a jornada “normal” de trabalho estendia-se frequentemente até às nove ou dez da noite. Hora extra, e menos ainda se fosse paga, era uma expressão que não constava do dicionário de Mr. Strickland. Os supervisores brasileiros também haviam se esquecido como pronunciá-la em inglês...

- Minhoca não tem perna e anda! Te vira!, diziam quando apresentávamos alguma dificuldade ou queixa.

Ganhava-se “bem”, mas trabalhava-se bem mais. Meu curso noturno foi para as picas. Quando reunia ânimo e comparecia ao colégio era para relaxar e ficar batendo papo com os colegas. Se conseguisse lugar sentado no lotação – o que não era difícil – cochilava sossegado e nisso era um privilegiado em relação a meus companheiros de trabalho. Estes viviam “do outro lado do

mundo", isto é, nos subúrbios do rio e tinham que enfrentar diariamente os terríveis trens da Central. Um deles há mais de dez anos dependia desse meio de transporte e, na única vez em que consegui sentar-se, dormiu profundamente, bateram-lhe a carteira, e somente acordou cinco estações depois da sua.

Essa dura realidade me ajudou a compreender que a jornada de trabalho *não é apenas* o tempo que o trabalhador passa dentro da fábrica, mas também o tempo gasto quando se transporta até ela. Se um trabalhador se amarrota durante quatro horas ou mais por dia dentro de um trem, ônibus etc. para ir e voltar do trabalho, e se cansa, se enerva, se aporrinha (e se envergonha ou se revolta contra os insultos e bolinações quando mulher), sua jornada não será apenas 8 horas, mas, doze, treze ou mais.

Minha saúde também sofreu abalos. Uma infecção nos ouvidos levou-me ao ambulatório da empresa, onde fui submetido a um exame delirante. O médico (?) perguntou qual o ouvido que doía. E afastava o seu relógio de pulso até a distância em que eu não mais percebia o tique-taque. Depois repetia a operação com o ouvido “bom”. Como a capacidade auditiva era mais ou menos a mesma (os dois ouvidos estavam infeccionados), a conclusão era que eu não tinha nada, “talvez uma nevralgia” que uma aspirina resolveria, mandando-me de volta ao trabalho

A princípio pensei que a dor de ouvido se devesse à espantosa poluição sonora existente na tecelagem onde me encontrava trabalhando na época: ali nos entendíamos muito precariamente por gestos e pelos movimentos labiais. Mas a infecção aumentou e tive que me tratar com um médico particular. Lá se foi quase um salário inteiro.

Estas e outras ocorrências foram pouco a pouco me convencendo de que o capitalista não se interessa pela *pessoa* do trabalhador, mas apenas pela *capacidade de trabalho* que comprou. Enquanto o operário estiver disposto a trabalhar, e quando esgotado ou "imprestável" alguém puder substituí-lo, tudo bem, mesmo que sofra mutilações físicas e/ou mentais.

Na tecelagem, embora as máquinas fossem modernas, além da perda da capacidade auditiva, os problemas mais comuns eram as inflamações nas vias respiratórias devidas à suspensão das partículas que se desprendiam dos fios atritados. Quando mais tarde li no *O Capital* uma descrição sobre as condições de trabalho nas fábricas têxteis inglesas onde existia o mesmo problema (sintomaticamente esta suspensão chamava-se "devil's dust", ou seja, "pó do demônio") tive um sobressalto com a "descoberta": quase um século depois os problemas, se não eram os mesmos, continuavam sendo parecidos!

Essa contaminação no interior da fábrica também

ORA, VOCÊ NÃO ESTÁ VENDO QUE TODAS ESSAS PARTÍCULAS NO AR VÃO ESTRAGAR OS MEUS TECIDOS?!

revelava outra faceta interessante da produção capitalista: as partículas em suspensão pousavam sobre o tecido, prejudicando as fases seguintes de tinturaria e estampagem. O controle de qualidade – uma espécie de tribunal inexorável do templo da produção – começou a chiar e trataram logo de proteger o produto com uma tela especial. Era evidente, portanto, que o *produto* era mais importante que o *seu criador*: o primeiro era mimado como um recém-nascido, enquanto o trabalhador, indefeso, corroía os seus pulmões com o diabo do pó.

Não tínhamos sindicato, mas a camaradagem era boa. Nas sextas de cada quinzena, quando saía o tutu, o pessoal se amarrava numa cerveja, e depois, como se fosse um ritual, marcava ponto nos bordéis do Mangue. O que aparentava ser rotina para os mais velhos, ou uma espécie de parada obrigatória antes do embarque nos trens da central a caminho do doce lar, para mim era um momento constrangedor mas ao mesmo tempo excitante. Às vezes tentava uma desculpa para não ir:

- Estou duro! Justificava.

Mas era pior. O pessoal retrucava:

- Duro é o que você tem na mão! (Eu retirava imediatamente a mão do bolso). Vamos que nós pagamos!

Mesmo sendo um desafio carinhoso, criava a insuportável obrigação de cruzar os umbrais

daqueles velhos sobrados com luzes azuladas e amortecidas, e ir para a guerra, onde o inimigo além do terreno conhecia as táticas mais sofisticadas e, eu não tinha certeza se a minha arma dispararia ou se não o faria prematuramente.

A maioria dos meus companheiros tinha família para sustentar e era óbvio que um pouco do leite das crianças se derramava naquelas noitadas. Apesar da disposição que revelavam em me financiar na sexta, terça ou quarta da semana seguinte já me estavam pedindo dinheiro emprestado. No fundo, creio que me convidavam porque sabiam da minha covardia em enfrentar a “zona” e, assim ficavam “bem” com quem sempre dispunha de alguma grana extra para emprestar.

Mas existiam casos quase opostos. Alguns companheiros se destacavam pela poupança e pela contenção. Não gastavam um tostão além do estritamente necessário. Filavam cigarros ou não fumavam. E, à noite, enquanto arriscávamos nosso tempo e a pureza do nosso sangue no Mangue, eles perdiam o deles na fábrica aceitando qualquer proposta para reforçar os magros orçamentos.

A desorganização da empresa – somente superada pela dos trabalhadores – permitia muitos abusos e safadezas por parte da gerência. Como diziam os irlandeses, existem mais de trezentas maneiras de reduzir os custos de produção. Mas, a melhor delas é, sem lugar a dúvidas, entregar mais funções a um mesmo trabalhador sem

Aumentar-lhe significativamente o salário. Por exemplo, se um trabalhador cuida normalmente de uma máquina por alguma proposta indecorosa passa a cuidar de duas, mesmo que receba um adicional de salário, sai perdendo. A *intensidade* do trabalho aumenta, o trabalhador se esgota prematuramente, e quem leva vantagem é o patrão por não ter que contratar um empregado a mais e pagar as respectivas prestações sociais.

Na fábrica isso acontecia frequentemente: quando um operário adoecia, era despedido ou transferido, o supervisor em vez de substituí-lo diretamente sempre perguntava – com cara de quem estava prestando um favor – se algum de nós não se dispunha a "provisoriamente" cuidar de algumas máquinas adicionais. Como não há nada mais definitivo do que as soluções provisórias, os que caíam nessa, com a ilusão de aumentar o salário, quase sempre se ferravam.

O caso extremo ocorreu quando um dos companheiros que se encontrava toureando um número excessivo de máquinas, e suando mais de dez horas por dia, tropeçou nos limites de sua própria resistência física e mental. O ruído infernal da tecelagem não impediu que ouvíssemos seus gritos (pela primeira vez se ouvia ali alguma coisa de humano...) e presenciamos a desabalada carreira com que abandonou aqueles instrumentos de suplício.

O que mais me impressionou no episódio foi o

episódio seguinte: ele *não voltou* para receber a parte do mês que havia trabalhado e ninguém conseguiu localizá-lo. Na época, aquele comportamento me parecia completamente extemporâneo, ou melhor, pensava que a anormalidade consistia no fato de o trabalhador não ter aguentado o rojão. Nem me ocorria indagar sobre as razões que o haviam constrangido a aceitar aquelas condições. A hipótese de um esgotamento físico ou nervoso me parecia tão distante e fora de mão como o Suriname.

Nas rodas de cerveja comentávamos o caso rindo e chamando o infeliz de louco. Somente quando trabalhava em outra empresa e o aumento da intensidade do trabalho resultou num cruel acidente (a gerência teve a gentileza de jogar a culpa na vítima) percebi melhor que interesses estavam em jogo.

***

Nesse outro emprego, meu trabalho no interior da fábrica era mais "intelectual" do que manual, embora talvez fosse um pouco forçado separar as duas coisas. Minha função era fazer inventários de matérias-primas e controlar as peças do almoxarifado, pois os gerentes alegavam que estavam ocorrendo muitos roubos. A fábrica era relativamente pequena e os donos – dois irmãos vindos de São Paulo – interferiam diretamente

na produção fiscalizando, xeretando e especialmente bolinando as operárias.

Os comandantes de divisões de tanques do “Afrika Korps” se alimentavam com as mesmas rações que os soldados, utilizando o próprio organismo como instrumento de medição da resistência à fome e à sede do conjunto da tropa. Sem ter lido a vida de Rommel, nossos patrões faziam o mesmo. Ou melhor, quando os novos modelos eram lançados para as vendas de Natal, o primeiro velocípede, patinete etc. era integralmente armado por um deles para avaliação das dificuldades e para a aferição do tempo necessário ou normal para a execução da tarefa. Depois, reduziam um pouco o tempo que eles próprios havia necessitado e fixavam a norma com o qual se calculava o salário do pessoal da ilha de montagem.

Evidentemente, a maioria dos trabalhadores da fábrica (eu constituía uma exceção) ganhava por produção. O número de peças fabricadas ou o número de brinquedos que uma equipe montava durante o dia, era o que determinava o salário, embora cada um, ou cada equipe, tivesse que produzir acima de um certo mínimo.

Para o empresário, esse é um dos melhores métodos para que o operário renda bastante e se transforme no seu próprio vigilante: ninguém precisa ser contratado para verificar se o pessoal está trabalhando, na medida em que a condição

para receber a grana no final do dia é a apresentação de uma determinada produção. Mesmo assim, nossos patrões metiam o nariz em tudo, e uma estranha obsessão os levava de vez em quando a manipular uma máquina, realizar uma operação qualquer, talvez para nos mostrar que era inútil querer enganá-los, pois também eram “do ramo”.

No último trimestre de cada ano a demanda por brinquedos aumentava. O número de operários nas linhas de montagem também crescia, o que implicava que a produção de peças aumentasse proporcionalmente nas respectivas seções. Quando isso acontecia, os donos propunham quase sempre o seguinte sistema: se o trabalhador alcançasse um mínimo de produção diária, receberia 25% a mais sobre o excedente produzido. Obviamente atingir aquele mínimo era mais difícil do que chupar manga sem enfiapar os dentes. Mas alguns conseguiam. Como certos jogadores de xadrez que pressionados pelo tempo preferem mijar nas calças do que desviar a atenção da partida, alguns operários urinavam em latas: o banheiro ficava fora do galpão onde a fábrica funcionava e ir até lá significava perder muito tempo.

Outros, dedicavam-se a práticas mais arriscadas. Por exemplo, os que manejavam prensas para estampar peças trabalhavam da seguinte maneira: com uma das mãos retiravam a matéria-prima (placas de metal) de uma caçamba e com a outra colocavam a mesma debaixo do troquel ara ser

prensada . Disparar a máquina exigia que apertassem simultaneamente dois botões-gatilho bem distanciados um do outro, para que fossem obrigados a utilizar *ambas as mãos* na operação. Isto é, para evitar que a máquina funcionasse quando a peça estivesse sendo colocada ou retirada do troquel. Depois de realizada a operação, o troquel era levantado e, com um ganchinho – de tal modo que as mãos ficassem *de fora* – a peça moldada era retirada da prensa e colocada em outra caçamba.

O sistema de pagamento por peça, no entanto, induzia os operários a acelerar a produção *desligando* um dos botões-gatilho para que a máquina pudesse ser disparada apenas com uma das mãos enquanto a outra colocava as placas e sem o auxílio do gatilho retirava as peças prontas. Diretamente a coisa ia mais rápido...

Às vezes, a gente custa um pouco a perceber qual o movimento equivocado que originou um acidente. Ao servir o gloriosos exército brasileiro, numa prática de tiro real minha metralhadora disparou quando um soldado ainda colocava latas de cera como alvo a uns cinquenta metros de distância. Felizmente nada de grave aconteceu, mas a espinafração do comandante do exercício e as ameaças de prisão somente serviram para embaralhar ainda mais minha percepção sobre as causas reais daquela estranha ocorrência.

Quando a máquina disparou decepando quatro

dedos de um companheiro, ele talvez tenha levado alguns segundos para perceber o que acontecera. Seus gritos não vieram de imediato. Quando eclodiram foram logo amortecidos pelo desmaio. Até o sangue custou a jorrar como se o impacto descomunal de dez toneladas houvesse cortado os dedos mas lacrado ao mesmo tempo as veias.

"A cor do sangue não se esquece jamais", lembra uma canção composta nos campos de concentração do general Pinochet. Apesar disso, os dirigentes do sindicato não saíram em defesa da vítima. Inicialmente permaneceram numa atitude de expectativa e, em seguida, aceitaram tacitamente a versão do advogado da empresa de que a culpa havia sido do próprio trabalhador, pois desligara um dos botões-gatilho e operara sem o ganchinho. A gerência chegou ao cúmulo de pretender uma indenização (quem pagaria se não havia seguro?), uma vez que por culpa do operário o troquel fora danificado.

Depois do efeito desmoralizante que um acidente de vulto ocasiona, as coisas foram pouco a pouco voltando "ao normal". Outra vez, no entanto, ficava evidente para mim que os patrões se preocupavam mais com o *trabalho morto*, isto é, com o trabalho já realizado e cristalizado no produto, nas máquinas etc., do que com o *trabalho vivo*, com a pessoa do trabalhador. Quando li que "no capitalismo, o trabalho vivo é apenas um meio de alimentar o trabalho morto, e este último um

meio de explorar e oprimir o primeiro", já possuía a experiência suficiente para saber que por mais "simpático" ou "bonzinho" que fosse o patrão, no fundo o seu comportamento não seria muito diferente.

Por essa época alguém me disse meio na gozação, mas acertando em cheio:

- Você está ficando embotado...

A palavra "embotado" doeu mais do que uma chicotada. Soava estranho, mas era exatamente o que estava me acontecendo. O excesso de trabalho, o sono deficitário e atribulado, os nervos à flor da pele, a total incapacidade de articular uma conversação minimamente interessante com eventuais namoradas, e as sucessivas reprovações no colégio, já vinham me alertando para "mudar de vida". Aquela frase foi em certo sentido a gota d'água, mas que de imediato não derramou coisa alguma. Como um albatroz aterrissando, ainda levei algum tempo para parar e mudar de rumo.

Meu último emprego, antes de acampar como soldado durante um ano no heroico Forte de Copacabana, aconteceu numa multinacional do setor eletrônico. Embora ainda menor de idade, a experiência anterior e alguns conhecimentos de inglês me capacitava para tarefas um pouco mais complexas e "bem" remuneradas. No entanto, ao contrário de significar um estímulo para seguir carreira, este novo emprego só contribuiu

para acentuar ainda mais minha sensação de “embotamento”. Não completara três anos como “proletário” e já me sentia esgotado. Imaginava com que perspectivas viviam meus companheiros que não podiam pousar para mudar de rumo...

Do ponto de vista da compreensão da essência do sistema, isto é, da exploração do trabalhador pelo capitalista, a experiência mais interessante que tive foi a seguinte: uma equipe de oito operárias trabalhava numa linha de montagem de pequenos transformadores realizando várias operações nas carcaças que vinham de outra seção, transportadas numa esteira. Trabalhavam num ritmo alucinante e, como recebiam por produção, tinham fama de embolsar uma boa grana no final do mês. No entanto, quando em ação nem piscavam, talvez para exercer com o canto do olho uma fiscalização mútua exasperante: o ritmo da produção não devia esmorecer. Se alguma delas mostrava sinais de cansaço e as peças se acumulavam tinham início as broncas e recriminações, embora sintomaticamente, o bate-boca não interrompesse o trabalho.

Lembro-me que ao fazer testes para trabalhar em outra empresa (onde não me aceitaram) fui examinado por um sujeito que olhava minhas pernas com mais empenho e atenção do que jurado de concurso de miss, com o intuito – mais tarde vim a saber – de descobrir varizes. Aquele

grupo de operárias, começou a ter problemas exatamente porque uma delas não aguentava permanecer em pé diante de uma máquina oito ou nove horas por dia. As próprias companheiras começaram a fazer pressão para que ela saísse, sem perguntar sobre as causas da queda do rendimento, se provocadas por varizes ou qualquer outro motivo. Alguém tentou dar a volta por cima propondo que elas trabalhassem sentadas. Sem nenhuma razão aparente – com a operação "almofada" – a sugestão foi recusada pela gerência, e a operária acabou sendo substituída.

Com a nova trabalhadora a produção aumentou ainda mais. Mas, como a pressa parece ser inimiga da perfeição, o controle de qualidade começou a fazer "blip" "blip": os defeitos observados superavam o limite de tolerância. Um especialista em tempos e movimentos fez uma visita de "cortesia" ao local para estudar o problema.

A solução encontrada foi até certo ponto sagaz, mas não produziu o efeito esperado. Ao contrário.

Colocaram um operário com o poder de controlar a velocidade da esteira ganhando por *qualidade*, enquanto as operárias continuavam recebendo por *quantidade*. Evidentemente os interesses colidiam, pois quem recebia por quantidade não controlava a velocidade da esteira, e quem tinha essa atribuição recebia tanto mais quanto menores fossem os defeitos observados.

A princípio as operárias mantiveram um silêncio hostil, uma raiva incubada. Mas no terceiro dia os xingamentos eram ouvidos à distância e por estranha coincidência tanto a produção diminuiu como o número de transformadores com defeitos aumentou assustadoramente

- Ou todos ou ninguém!, parecia ser a palavra de ordem dessas operárias que dali em diante certamente aprenderam que uma das técnicas que os empresários utilizam para arrancar mais trabalho dos assalariados é estimulando o seu individualismo, jogando uns contra os outros, dividindo a classe e neutralizando seus protestos, inclusive apelando para as rivalidades entre os sexos, e as de caráter racial ou religioso.

O desenlace do conflito foi o seguinte: a gerência retirou o operário e estabeleceu prêmios combinados por quantidade e qualidade para as operárias, obtendo assim o resultado desejado: aumento da quantidade produzida e redução dos defeitos observados. No início do século XX F. W. Taylor já recomendava a adoção desse sistema...

Estes eram os meus conhecimentos práticos mais dramáticos sobre a exploração capitalista quando, estimulado pela peça do CPC, abri pela primeira vez *O Capital*.

***

Meu tio fez a campanha da Força Expedicionária Brasileira na Itália e voltou com alguns troféus tomados dos alemães: uma pistola 9mm (sem munição), insígnias do exército e também estilhaços de granada, mochilas, cinturões etc. Mas era preciso insistir muito para que desse o serviço de como tinha sido a guerra: ele não gostava de tocar no assunto. Qualquer relato, no entanto, incendiava minha imaginação. Lembro-me que trouxe também presentes para a família e foi recebido numa memorável festança. A meu pai entregou um enorme livro de capa verde não propriamente tomado dos alemães, mas de autoria de um ilustre alemão. Foi esse livro, editado em março de 1945 em Turim, com introdução de um certo senhor Fuigi Firpo, que mais de quinze anos depois, consultei para me inteirar do que era a tal da mais-valia.

"La ricchezza delle società, nelle quali domina la forma capitalistica di produzione, se enuncia come 'una immensa accolta di merci'"

Eis aí a famosa abertura do "Capo I" do *Capital* que não entendi completamente. Que seria, "accolta di merci?". Em francês "merci" quer dizer "obrigado", mas e daí?

Confesso que a leitura das páginas seguintes me pareceu tão enfadonha quanto televisão de metrô. Mas pressentindo que poderia encontrar coisas interessantes fui em frente. Antes de terminar o primeiro capítulo, no entanto, desisti.

Ler *O Capital* numa língua que não dominava e começando pelo começo era tão improdutivo como garimpar com uma raquete de tênis.

Apelei então para a introdução, onde havia uma síntese da biografia de Marx que prometia ser mais interessante e acessível:

"Nato a Treveri il 15 maggio 1818 da una rica famiglia ebrea..."

A dispersão ia aumentando e ao deparar-me com uma foto do biografado imaginei o que aconteceria se, usando estas botas de sete léguas que nos permitem pular de século para século, de continente para continente, Marx, se reconciliando com os meus ex-colegas do salão de beleza, ali irrompesse solicitando um serviço completo de barba e cabelo: uma ficha verde e outra vermelha que passariam para a história...

## Lendo as "Sagradas Escrituras"

Essa primeira experiência frustrada criou uma espécie de barreira que me inibiu durante algum tempo para voltar a ler *O Capital*. Já conseguira um exemplar em espanhol, mas isso ainda não me animava ao enfrentamento direto. Preferi o caminho da roça dos resumos, e tive sorte. Uma edição argentina de um livro de Carlo Cafiero[1] me permitiu uma compreensão razoavelmente precisa do que era a mais-valia, e que consistia aproximadamente no seguinte:

[1] O resumo de Cafiero tem a vantagem de ter sido elaborado quando Marx ainda vivia em 1879, e lido por este com aprovação. Existe uma tradução recente para o português – 1980 – que leva o título de "*O Capital*" Uma Leitura Popular.

Na sociedade capitalista todos os produtos tendem a ser mercadoria. A expressão italiana “accolta di merci” que a princípio não conseguira entender significava exatamente isto: “arsenal de mercadorias”. Na sociedade burguesa, a riqueza aparecia na forma de um imenso arsenal de mercadorias. A mercadoria tem ao mesmo tempo *valor* (que se expressa como *valor de troca*) e *valor de uso*. É produzida para ser trocada e portanto deve ser algo útil pois, caso contrário, ninguém se interessaria em obtê-la.

O valor de uma mercadoria é determinado pelo *tempo de trabalho socialmente necessário* para produzi-la. Sem trabalho, embora úteis como o ar, as coisas não teriam nenhum valor de troca, e não poderiam ser mercadorias.

Entre as mercadorias existentes na produção capitalista, a mais importante é a força de trabalho que seu proprietário, trabalhador, é obrigado a vender ao capitalista em troca de um salário. É a mercadoria mais importante porque a sua utilização permite criar um valor superior ao valor da própria força de trabalho, isto é, permite criar uma *mais-valia*.

Confesso que a minha compreensão não ia muito além nem era muito firme: porém dava-me por satisfeito aceitando o esquema anterior.

Mas tive dificuldades em entender certos pontos. Por exemplo, que significava “socialmente” na determinação do valor das mercadorias?

A resposta de que o “socialmente” devia ser entendido como o tempo de trabalho utilizado *em média* pelos vários produtores, e que portanto cada mercadoria deveria ser considerada como um exemplar médio de sua espécie me pareceu satisfatória, mas a minha experiência anterior como assalariado ajudou-me bastante a assimilar este conceito. Em termos mais concretos, o “socialmente” se devia ao seguinte: o valor de um par de sapatos seria equivalente ao tempo de trabalho que em média os dez, vinte, cem ou mil fabricantes de sapatos necessitavam para produzi-los, e não ao tempo de trabalho necessário para produzir este ou aquele par. Seria ilícito portanto argumentar que um par fabricado por um sapateiro preguiçoso, porque demandara mais tempo para ser produzido, teria maior valor do que o fabricado por um sapateiro diligente.

Em termos mais concretos ainda eu já sabia que na era da máquina as diferenças individuais dos trabalhadores tendiam a se nivelar por cima. Por exemplo, não só as minhas pernas foram ostensivamente examinadas pois, se tivesse varizes não aguentaria permanecer oito horas em pé diante de uma máquina, como também as operárias que montavam os transformadores expeliam as que não acompanhassem o ritmo de produção estabelecido.

É verdade que muitas vezes, para garantir o emprego, alguns colegas buscavam superar-se fisicamente para acompanhar a cadência de

de trabalho dos demais. Inclusive, no caso das operárias que armavam transformadores, comentava-se que a queda de produção de uma delas se devia a problemas menstruais: fortes dores durante dois ou três dias por mês diminuíam o seu rendimento e comprometiam inexoravelmente o volume da produção. A nivelação por cima provocada pela utilização capitalista da máquina significa exatamente isso: o desrespeito às diferenças individuais entre os trabalhadores, embora contribua para que na prática o valor individual de uma mercadoria tenda a coincidir com seu valor médio ou social.

Esse valor médio ou social das mercadorias se manifesta no preço. Ou melhor, o valor não aparece diretamente aos nossos sentidos: sua forma de entrar em cena acontece através do preço. Assim como a água é composta pelo hidrogênio e o oxigênio que não se apresentam diretamente para serem saboreados, mas sim na forma de um líquido incolor, inodoro, e excelente para matar a sede. O preço é a forma em que o valor se manifesta. Um preço mais ou menos elevado pode ser comparado a um nível mais ou menos elevado da água. Um preço mais alto ou mais baixo revelaria também que uma mercadoria necessitará de mais ou menos *trabalho* para ser produzida.

## O dinheiro

No sentido mais prático e corriqueiro o preço significa uma determinada quantidade de *dinheiro* e, embora como mensageiro levasse quase todas as semanas montes de notas desgastadas e sujas arrecadadas nos postos de "Nasolina da empresa para serem trocadas na Casa da Moeda, não entendia muito bem a natureza daqueles pedaços de papel com poderes tão assombrosos.

Não é por serem familiares que as coisas são conhecidas..." dizia um grande filósofo alemão inspirador de Marx. Creio que isso se aplica admiravelmente bem ao caso do dinheiro: o manipulamos todos os dias mas desconhecemos sua natureza. Creio também que às vezes uma frase vale por mil páginas. A que me abriu o caminho para compreender os mistérios do dinheiro dizia o seguinte: *o dinheiro já foi uma mercadoria*. Uma mercadoria que pouco a pouco, com o desenvolvimento do comércio e a generalização das trocas, adquiriu o *valor de uso social* de expressar o valor de todas as demais.

Suponhamos um conjunto de pedras trocadas entre si continuamente. Na medida em que estas trocas se processem admitamos que a superfície de uma delas vá adquirindo um polimento que espelhe as demais. O dinheiro em sua forma primitiva é uma espécie de pedra-espelho: é uma mercadoria que vai-se destacando, quer por sua

essencialidade, quer por sua durabilidade, homogeneidade ou divisibilidade, ou todas estas características juntas, e que expressa o valor das demais. Será então uma mercadoria que, além de sua utilidade específica ou do seu valor de uso (como o ouro que além de servir como material é utilizado na fabricação de joias e na restauração dos dentes), adquire a função de ser equivalente do valor de todas as demais mercadorias. O preço de uma mercadoria não é outra coisa que o seu valor expresso nesse *equivalente geral*, isto é, expresso em *dinheiro*.

É verdade que o dinheiro utilizado hoje em dia nas transações correntes no interior de um país não é constituído pelo ouro e, inclusive, podemos recorrer a um simples e banal cheque para saldar nossos compromissos. Não devemos esquecer no entanto que, com o desenvolvimento do capitalismo, o dinheiro foi assumindo contornos cada vez mais sofisticados, distanciando-se de sua forma primitiva como mercadoria e assumindo funções cada vez mais complexas. Com o vestuário aconteceu algo semelhante: o desenvolvimento da sociedade e o controle do meio ambiente permitiu que a roupa fosse desempenhando outras funções além de nos brindar com proteção. Manifestar poder, representar hierarquias, afirmar rebeldias e revelar estados de ânimo foram papéis que se somaram à função primitiva da indumentária. Mas ela jamais se desprendeu completamente de

sua função primitiva, assim como acontece, embora de maneira menos evidente, com as formas modernas de dinheiro. Se examinarmos um abacateiro não encontraremos vestígio algum do caroço de abacate, mas sabemos que ele dali veio...

## Os lucros

Se as mercadorias são compradas e vendidas por seu valor, como é possível que alguém ganhe produzindo ou vendendo mercadorias? Se os fabricantes e os comerciantes vendem as mercadorias pelo seu valor, de onde surgirá o *lucro*?

Embora para mim fosse evidente que os patrões se enriqueciam às custas do trabalho de seus empregados, não conseguia relacionar claramente as coisas ou estabelecer os elos necessários entre a teoria e a prática. Em primeiro lugar, a explicação de que um capitalista lucrava porque vendia suas mercadorias acima do seu valor[2] não ganhasse com a safadeza o outro perderia pela bobeira; não

[2] Quando um capitalista detém o monopólio de um produto ou de uma atividade pode vender sua mercadoria por um preço muito acima do valor. No entanto, isso não invalida o raciocínio, pois como a diferença tem que ser paga por alguém, o que um ganha outro perde, e a totalidade dos preços pagos deve equivaler à totalidade do valor criado.

SOU O CAPITALISTA. EMPRESTEI A JUROS, MAS AÍ VEIO A CRISE...
SOU O USURÁRIO. EMPRESTEI A JUROS, MAS AÍ VEIO A CRISE...
SOU O POVO. COMO TÔ SEMPRE EM CRISE, NUM VAI DAR PRA PAGAR OS JUROS...

se estaria explicando de onde vem a mais-valia, mas apenas como ela se *transferia* do comprador para o vendedor.

Além disso, se todos os possuidores de mercadorias utilizassem o expediente de elevar os respectivos preços, digamos em 10%, ficaria tudo na mesma: o que um ganhasse como vendedor perderia como comprador.

Então, com explicar que, mesmo sendo vendidas por seu valor, as mercadorias contêm uma fatia de mais-valia, fonte que torna possível a existência de lucros?

O raciocínio é o seguinte: um capitalista (exceto se for um banqueiro ou um agiota) sempre pisa o cenário do mundo dos negócios como comprador. Trata-se de alguém que dispõe de uma certa quantidade de dinheiro *D* e cujo objetivo é sair de cena com uma quantidade *D'* maior do que originalmente utilizada. A diferença é o *lucro*, ou uma das formas em que a mais-valia mostra sua face para ser admirada e disputada.

A maneira mais simples e direta de realizar esta mágica é emprestando dinheiro a juros. Um indivíduo empresta a outro uma quantidade de dinheiro *D*, e depois de certo tempo recebe o que emprestou acrescido ou inchado de um certo tanto; ou seja, termina o processo com *D'* maior do que *D*. Os capitalistas financeiros (os banqueiros) e os usuários agem desta forma: a diferença é que os primeiros costumam suicidar-se nos períodos

de crise, e os últimos serem assassinados em qualquer época – como a velhota por Raskolnikov – porque os seus devedores geralmente não têm como pagar-lhes. O objetivo de ambos, no entanto, é um só: começar com certa soma e obter mais dinheiro no final do processo.

Como é que essa “mágica” acontece? Como é possível parir dinheiro de dinheiro?

Diretamente isso só ocorre nos anúncios de cadernetas de poupança quando um senhor parecido com o Portinari assobia uma melodia e é afogado por um turbilhão de moedas que podem jorrar tanto de um piano como de uma carrocinha de pipoca. Infelizmente, as coisas não são assim tão simples.

Se excetuarmos aquelas pessoas que tomam dinheiro emprestado para enfrentar calamidades domésticas, o resto geralmente utiliza o assim chamado vil metal para fazer algum negócio. E, evidentemente, também com o intuito de ganhar dinheiro. Portanto, a diferença entre o dinheiro aplicado e o obtido no final do processo deve ser pelo menos maior do que o juro a ser pago a quem concedeu o empréstimo. Aqueles que pagam os juros (que vão constituir os lucros dos banqueiros e financistas) têm que conseguir esta diferença de alguma forma, e em algum lugar. Nossa atenção portanto deve ser voltada para saber como se consegue esta diferença.

Que tipo de negócio pode ser realizado com o

empréstimo? Evidentemente, uma infinidade. Suponhamos, no entanto, que o tomador do empréstimo seja um intrépido comerciante, isto é, um cidadão acima de qualquer suspeita, exceto a de que deseja enriquecer comprando e vendendo mercadorias

Ele dará o primeiro passo utilizando o dinheiro para *comprar* mercadorias – *M* -; isto é, ele transformará o seu dinheiro *D* em *M*. O valor que ele antes possuía na forma de dinheiro, como um camaleão ao sol, ganha apenas outra roupagem e aparece na mesma magnitude, encarnado na mercadoria *M*.

Mas o ciclo deve se completar. O comerciante não comprou mercadorias para desfrutá-las no seu consumo pessoal ou de sua família. Ele pretende terminar o processo com mais dinheiro, e para isso necessita *vender* as mercadorias que comprou, e arrecadar uma quantidade de dinheiro *D'* maior do que *D* com o qual iniciou toda a arriscada aventura. Como já vimos, a diferença obtida no final deve ser maior do que os juros a serem pagos pelo empréstimo, pois não teria sentido realizar o negócio se tudo o que o comerciante ganhasse fosse parar nas mãos dos banqueiros. É menos sentido ainda teria se obtivesse apenas a mesma quantidade de dinheiro inicial, pois nesse caso não poderia pagar os juros da dívida contraída. Ou seja, o ciclo D-M-D (onde o D inicial é igual ao D final) é tão sem sentido para o comerciante

como contratar alguém para enxugar gelo.[3] Talvez o único que agia conscientemente assim, segundo Gabriel Garcia Marquez, fosse o coronel Aureliano Buendía que na profunda melancolia de seus cem anos de solidão fundia moedas de ouro moldando cavalinhos que vendia por moedas de ouro para repetir indefinidamente o process....

O negócio do nosso amigo comerciante é portanto D – M – D', de tal forma que a diferença entre D' e D seja a maior possível. Mas, se ele compra a mercadoria por seu valor, como é possível que arranje mais valor pelo simples fato de vende-la?

Aqui é necessário fazer uma pequena ressalva. Quando Marx afirma que as mercadorias são vendida por seu valor, está supondo que o produto fabricado é vendido diretamente ao consumidor final, isto é, está *fazendo abstração* (ou deixando de lado temporariamente) da figura do comerciante ou de todos os intermediários que se encontram

---

[3] O vendedor de força de trabalho, ao contrário se insere no seguinte ciclo: põe à venda sua força de trabalho – a mercadoria M – e a transforma em dinheiro D; com o dinheiro obtido compra mercadoria. M, para repor sua força de trabalho consumida e tornar a vende-la. O ciclo seria então M – D – M. Como o valor de M inicial equivale ao D que por sua vez equivale ao M final, este ciclo pode se repetir até à morte do trabalhador sem que ele extraia diferença alguma a seu favor. É por isso que quem vende força de trabalho não se enriquece jamais, a não ser que ganhe na Loteria Esportiva...

entre o produtor e o consumidor final. Na realidade, o comerciante compra do produtor a *preço de fábrica* e vende por um preço um pouco mais alto, obtendo assim um lucro com a operação. Este valor de fábrica não inclui a totalidade do valor da mercadoria. Ou melhor, quando o produto é vendido de um capitalista industrial a um comercial o primeiro cobra do segundo apenas uma parte da mais-valia contida na mercadoria, e o consumidor final paga a este último a parte restante, isto é, paga pela mercadoria a totalidade do seu valor.[4]

Quando trabalhava na fábrica de brinquedos podíamos comprar a "preço de custo" ou a "preço de fábrica" os produtos que nossa empresa fabricava. Pagávamos na realidade o mesmo que um comerciante quando fazia suas encomendas. A diferença é que nós comprávamos para nosso consumo e os comerciantes faziam isso com a finalidade de revender o produto. Portanto para ter um lucro estes últimos tinham que vender "mais caro". Mas, embora a experiência indicasse

---

[4] Nos volumes II e III de *O capital* Marx desenvolve o conceito de *preço de produção*. Na realidade, as mercadorias não seriam vendidas por seu valor mas pelo respectivo *preço de produção*. Este último seria constituído pelo *preço de custo* e por uma *taxa média de lucro* e poderia às vezes ser superior e às vezes inferior ao valor, as diferenças anulando-se algebricamente. Contudo, isto em nada afeta a análise sobre a mais-valia.

que os comerciantes compravam por um preço e vendia por outro maior ao consumidor, uma questão permanecia ainda sem resposta: se o preço que o fabricante cobrava ao comerciante era inferior ao valor da mercadoria, como explicar o lucro do fabricante, ou melhor, como explicar que a mercadoria que seus empregados produziam contivesse um valor a mais ou uma mais-valia a ser repartida entre os diversos tipos de capitalistas?

Se o lucro do banqueiro já está garantido, pois seu devedor se arranja de alguma maneira para pagar-lhe juros; se o lucro do comerciante também está, pois ele adquire as mercadorias “com desconto” junto ao produtor e as vende por um preço mais elevado ao consumidor final, o “mico” aparentemente permanece com o produtor da mercadoria. Como consegue lucrar com a produção de mercadorias mesmo vendendo ao comerciante “com desconto”?

Nossas atenções devem portanto voltar-se para quem carrega o “mico”, isto é, para os industriais, os agricultores, para aqueles cujos trabalhadores produzem as mercadorias. Somente bisbilhotando o que acontece na esfera onde as mercadorias são produzidas poderemos concluir em que ponto de sua trajetória, e de que maneira, elas são empenhadas na mais-valia.

Recordemos o seguinte: a mercadoria é unidade de valor (que se expressa como *valor de troca*) e de *valor de uso*; é um objeto útil produzido para

ser vendido. Mas já verificamos que a mais-valia não brota do comércio, embora os comerciantes se apropriem de uma parte dela. Portanto, a mercadoria enquanto valor de troca deixa temporariamente de nos interessar. Examinemos a mercadoria enquanto *valor de uso*, isto é, enquanto algo que pode satisfazer uma necessidade do estômago ou da fantasia. Como objetos úteis as mercadorias são consumidas imediatamente ou utilizadas como *meio* para a produção de outras mercadorias. Por exemplo, o leite pode ser comprado e destinado diretamente ao consumo, ou então transformado em queijo e só depois dessa operação vendido no mercado Ao invés de serem utilizadas imediatamente para a satisfação de necessidades de qualquer índole, as mercadorias podem ser consumidas produtivamente de tal forma que o produto resultante encerre um *valor maior* do que o contido primitivamente nelas. E quem compra mercadorias para transformá-las ou consumi-las produtivamente são os industriais, os agricultores, etc., isto é, são os denominados *capitalistas produtivos.*

A conclusão preliminar que poderíamos tirar como o que foi dito até agora é a seguinte: embora os banqueiros e comerciantes lucrem com seus negócios, e suas atividades sejam *indispensáveis* para o funcionamento do sistema capitalista, a *fonte* que possibilita a existência de tais lucros não encontra se nem no comércio, nem nas atividades

financeiras. Essa fonte está localizada nas atividades produtivas como a indústria e a agricultura. Os capitalistas produtivos por sua vez são os que se encontram na boca do cofre, debruçados sobre a jazida de onde jorra a mais-valia e os primeiros a agarrá-la embora sejam obrigados a compartí-la com os demais. Isto é, do banquete relativamente fechado de mais-valia, participam também os banqueiros e comerciante, cada um levando os seu quinhão dessa maravilhosa substância a e apresentando-a à sociedade como lucro.

Se um industrial vende ao comerciante seus produtos a preço de fábrica – com já assinalamos – não “perde” com a transação, pois esse preço contém uma parte da mais-valia criada no processo produtivo. A outra parte é embolsada pelo comerciante, incluindo no preço de venda ao consumidor final o “desconto” que o industrial ou o agricultor lhe concedeu. Tanto o primeiro como o segundo podem ter sua porção de mais-valia reduzida se, não contando com capital próprio, tiverem que contrair empréstimos e pagar juros ao banqueiro. Nesse caso, que é o mais comum na sociedade capitalista, o banqueiro também se apropria de uma parte da mais-valia através dos juros que recebe pelo dinheiro emprestado.

## O consumo das máquinas e matérias prima

Mas vejamos um pouco mais de perto o que acontece nas atividades produtivas Como é possível arrancar de uma mercadoria, pelo simples fato de consumi-la produtivamente, mais valor do que o valor nela contido?

Em primeiro lugar, o capitalista necessita ser um homem de sorte pois deve encontrar uma mercadoria que a exemplo da lâmpada de Aladim uma vez esfregada ou consumida desprenda um valor maior do que o valor primitivamente nela aprisionado. Este é o verdadeiro milagre – se é que existe algum – da produção capitalista.

E que mercadoria é essa? Se tem tais poderes de deveria ser exaltada e colocada num pedestal, conduzida ao topo das pirâmides, cantada em verso e prosa e mais respeitada do que conselho de

pajé em noite de tempestade. Mas não é bem isso o que acontece.

Como em certas novelas policiais onde se chega ao culpado por exclusão, devemos descobrir que mercadoria é essa eliminando as que não têm tal poder. Para isso é conveniente retomar aquela distinção feita anteriormente entre trabalho morto, isto é, trabalho já cristalizado na mercadoria, e trabalho vivo, ou o trabalho sendo realizado. Em qualquer lugar onde as mercadorias são consumidas produtivamente, em qualquer processo de trabalho, podemos distinguir o trabalho morto na figura das máquinas, das matérias primas, dos combustíveis, das edificações etc., e o trabalho vivo representado pela peãozada em ação, suando e se cansando, tendo a sua fora de trabalho consumida e esgotada.

Em minha experiência anterior havia aprendido uma coisa bastante simples e evidente, mas cuja importância não avaliava naquela ocasião: sem trabalho vivo, mesmo as máquinas mais sofisticadas não funcionam. Além disso, um de nossos companheiros que havia participado de uma greve no início dos anos cinquenta em São Paulo (foi colocado na lista negra e como não arranjava emprego teve que se mudar para o Rio) contava que durante o movimento, os gerentes quiseram contratar – sem êxito – trabalhadores para entrar na fábrica e simplesmente acionar as máquinas durante algum tempo. O objetivo não era *furar*

*a greve*, ou reiniciar a produção, mas evitar que as agulhas e as lançadeiras (tratava-se de uma empresa têxtil) enferrujassem ou emperrassem durante o tempo em que permanecessem paradas.

Isso me alerto para o seguinte: sem o trabalhador, as máquinas não funcionavam e a produção não podia realizar-se. Mas quando o trabalhador entrava em ação, não só produzia mercadorias como consumia a máquina *evitando a sua decadência prematura* e transferindo o seu valor e o das matérias-primas processadas para o produto final. Portanto, o trabalho vivo não só criava valor novo como conservava o valor existente nos meios de produção transferindo-o pouco a pouco para o produto. Embora fosse caça e não caçador, o operário matava dois coelhos com uma só martelada...

Por outro lado, não me parecia razoável que o trabalhador pudesse transferir para o produto mais valor do que aquele contido nas máquinas e nas matérias-primas. Embora na fábrica de brinquedos algumas máquinas tivessem um aspecto antediluviano mas funcionassem muito bem – parecendo eternas -, outras relativamente novas quebravam à toa, criando problemas para o desenvolvimento da produção, dando a impressão de já estarem mortas e não terem ainda percebido (sintomaticamente, quando isso acontecia, os trabalhadores eram obrigados a compensar o número de horas de interrupção do trabalho no

final do expediente sem qualquer pagamento de horas extras)

Na prática, no entanto, podíamos pensar num tempo médio de vida útil das máquinas e equipamentos, findo o qual todo o seu valor teria sido transferido para os produtos elaborados.

A preocupação dos patrões com o valor contido das máquinas também se manifestava constantemente, quando um operário cometia alguma falta que prejudicasse a máquina, danificando-a – como no caso da prensa que ao decepar os dedos de um companheiro rompeu o troquel - , existiam suficiente advertências responsabilizando o infrator pelos prejuízos causados à empresa. Ou, numa linguagem mais impessoal e científica, inculpando o operário de estar cometendo o sacrilégio de "interromper o processo de criação de valor e de valorização do capital" e também de estar destruindo parte do valor que ainda existia na máquina.

Na realidade, a questão de fundo era a seguinte: embora não fosse possível arrancar de uma máquina mais valor do que ela possuía, era imprescindível evitar que por algum descuido, acidente, imperícia, o trabalhador transferisse menos valor para o produto. Com as matérias primas acontecia o mesmo: na tecelagem era necessário colocar os fios com muito cuidado para que não rebentassem ao primeiro repuxo da máquina, pois as rupturas eram tão frequentes

que estes pareciam mais frágeis do que corrimão em filme de faroeste.

Se embora consumidas pelo fogo do trabalho vivo as máquinas e as matérias primas não transferiam para o produto um valor superior ao que continham e, portanto, não originavam uma mais-valia, então somente o trabalho vivo poderia ter essa capacidade. Por exclusão descobrimos – como nas novelas policiais – o que já sabíamos desde o início...

A mais-valia é valor. Se o trabalho cria valor, a fonte da mais-valia se encontra logicamente nele. Mas, que mecanismo permite que se arranque do trabalhador mais valor do que o contido em sua força de trabalho?

## Trabalho e força de trabalho: o consumo milagroso

Na peça sobre a mais-valia à certa altura se projetava um dispositivo com a seguinte frase: “O trabalho enobrece... o nome”. Na ocasião, lembrei-me de uma leitura que sempre repetira com prazer: as desventuras de Robinson Crusoé. Mas, momento, a reconstituía em outra perspectiva.

Robinson chegara à ilha mais morto do que vivo. Embora houvesse trabalhado dura e longamente na construção de sua pequena fortaleza, no cultivo do trigo e na elaboração dos seus artefatos de caça e pesca, indiscutivelmente seu nível de vida melhorara depois da “captura” de Sexta-feira.

Como um bom europeu colonialista à certa altura aparecia retratado numa espécie de trono sendo abanado pelo fiel companheiro semi-escravo.

Era óbvio que Sexta-feira trabalhava não só para se manter, como também para elevar o nível de vida de seu amo. Quanto menos necessitasse para sobreviver, ou melhor, quanto menor fosse o tempo dedicado à sua subsistência (pescar, caçar, cultivar, tecer etc.), mais lhe sobraria para satisfazer os desejos do seu senhor. Possivelmente boa parte dos peixes ou da caça que ele conseguia ia parar na pança do grande solitário, o qual se empenhava na tarefa muito mais dura de “rezar”.

Por essas e outras Sexta-feira faria jus a um nome mais cristão: deveria chamar-se Domingo da Segunda Terça da Quarta Quinta de Oliveira Sábado. Se dedicasse mais algum dia da semana à Robinson seu nome poderia ampliar-se ainda mais.

Ou melhor, se o tempo que Sexta-feira necessitasse para obter os meios indispensáveis à sua subsistência diminuísse, mais tempo poderia ser dedicado a serviço de Robinson. Se Sexta-feira vivesse apenas de ar seria o ideal, pois todo o seu tempo poderia ser dedicado a Robinson. Mas isso seria também muito perigoso; se vivesse apenas de ar, uma ideia altamente subversiva poderia ocorrer-lhe: por que trabalhar para Robinson?

No entanto, mesmo sem ter esse excepcional privilégio de depender apenas do consumo de um bem livre – isto é, de um bem que ninguém pode monopolizar -, Sexta-feira poderia ter o mesmo

pensamento corrosivo e se mandar. Mas, na verdade, existiam laços de gratidão e reconhecimento: afinal Robinson lhe salvara a vida e a pequena fortaleza que construíra oferecia uma certa proteção contra a incursão de inimigos.

Apesar das condições especiais em que os dois se encontravam, é certo que um deles trabalhava *mais do que o necessário* para a sua própria subsistência e, portanto, o outro trabalhava *menos* (se é que Robinson trabalhava depois da captura de Sexta-feira). Mas o importante é que o tempo sobrante de qualquer um deles seria tanto maior quanto mais fácil fosse conseguir os alimentos e os outros meios indispensáveis à subsistência naquela ilha selvagem.

Isso significa que o trabalho de um homem, de uma tribo, de uma comunidade pode produzir durante um dia *mais* do que o necessário para a subsistência desse homem, dessa tribo, ou dessa comunidade no mesmo intervalo de tempo. O trabalho pode criar um *produto excedente*, embora nem sempre uma comunidade se interesse em ampliá-lo até os confins do universo como acontece sob o nome de *mais-valia* na sociedade capitalista.

## A acumulação primitiva

Visitei uma aldeia de pescadores onde as águas eram tão piscosas que uns pirralhos em poucos minutos lutavam para não serem pescados pelas corvinas que lhes mordiam os anzóis... Se o mar é generoso e uma criança dele pode arrancar o sustento diário de toda uma família, que razão levará o seu pai a se matar de trabalhar?

Se perguntássemos ao pescador-mirim onde se encontrava este último, certamente responderia “jogando sinuca”, o único e alquebrado boteco da localidade. Seguramente estaria dizendo a verdade. O pai poderia trabalhar um par de horas numa roça de que dispunha perto da praia (ou mandar a mulher fazer esse serviço...) e à tardinha dedicar-se a recolher armadilhas e anzóis que deixara de véspera e, conjuntamente com o que pescassem seus filhos, dispor de mais do que

o necessário para alimentar a família. Se algum “gringo” o chamasse de preguiçoso ele arregalaria uns olhos mais brancos que os de Simone e, se estivesse de bom humor, soltaria uma gargalhada. O excedente poderia ser vendido para eventuais turistas e o dinheirinho resultante, utilizado na compra de artigos não fabricados localmente como o querosene, a cachaça, o sabão ou a pólvora.

Suponhamos que, atraído por águas tão generosas, uma empresa resolvesse levar seus grandes barcos para o local e pescar em escala industrial. Dependendo da capacidade destes de surrupiar e enlatar todos os cardumes da área, a pesca no litoral poderia tornar-se mais difícil do que vender bicicletas para o Saci Pererê.

Com a escassez de peixes, os pescadores teriam que dedicar cada vez mais tempo para pescar a mesma quantidade que antes. A rapina poderia chegar a tal ponto que os pescadores das margens, mesmo trabalhando de sol a sol e de lua a lua, nada pescariam exceto torcicolos nas noites de ventania. Em síntese, a pesca deixaria de ser viável para o pequeno pescador, e a menos que ele pudesse compensar essa queda na produção de peixes com produtos da roça, as coisas ficariam pretas.

No interior de Minas, os caboclos costumam dizer que “desgraça pouca é bobagem...”. Seguindo o refrão, suponhamos que, além dos barcos terem exterminado os peixes do litoral, as

pequenas roças onde os pescadores produziam feijão, mandioca, banana, milho, batata doce e criavam animais de pequeno porte fossem tomadas por grileiros no peito e na raça. Se isto acontecesse, estes pescadores e agricultores perderiam suas condições objetivas de produção. Isto é, não teriam mais terra para cultivar, nem peixes para pesca, embora conservassem a capacidade de trabalho para fazer qualquer uma das coisas, ou as duas combinadamente.

Sem as condições objetivas de produção, isto é, sem os *meios de produção*, a capacidade de trabalho nada vale uma vez que não pode isoladamente resultar em produtos. Nesse caso, o valor de uso da força de trabalho para o seu possuidor é nulo. Para ele a força de trabalho terá apenas valor de troca, pois os proprietários dos meios de produção ou os capitalistas também têm um problema sério embora muito menos dramático: sem o trabalhador, os meios de produção são tão inúteis como um para quedas rasgado. Os empresários então são obrigados a comprar a força de trabalho dos trabalhadores, assim como estes não têm outro remédio senão vende-la aos primeiros.

Esse processo de *expropriação* dos meios de produção dos trabalhadores que supostamente ocorreu nesta aldeia de pescadores apenas ilustraria nos tempos atuais a condição prévia para a existência e desenvolvimento da produção capitalista:

*a expropriação dos meios de produção dos produtores diretos*, isto é, dos trabalhadores, quando não resta outra alternativa aos que sobreviveram senão vender a sua força de trabalho a seus exploradores. No capítulo XXIV do *O Capital* Marx faz uma contundente exposição de como esse processo, chamado de "acumulação primitiva" aconteceu na formação do capitalismo europeu a partir do século XVII. Diz ele: "Esta *acumulação primitiva* desempenha na Economia Política o mesmo papel que o *pecado original* na Teologia".

Mas, voltemos aos nossos pescadores que ficaram a ver navios. Sem condições de obter a subsistência poderiam tentar arranjar um emprego nos grandes barcos como simples operários da pesca.

Nesse momento aconteceria inevitavelmente uma negociação em torno de quanto um estaria disposto a pagar, e quanto o outro desejaria receber em troca de sua força de trabalho. Mas quanto vale a mercadoria força de trabalho que o trabalhador pretende vender ao capitalista?

Depois de informado que terá de trabalhar oito horas diárias no barco, o pescador poderia pensar com seus anzóis: "Antes, em oito horas, eu pescava dez peixes de bom tamanho. Como cada peixe podia ser vendido por 100 cruzeiros, é só multiplicar por dez: o meu salário deve ser 1000 cruzeiros por dia".

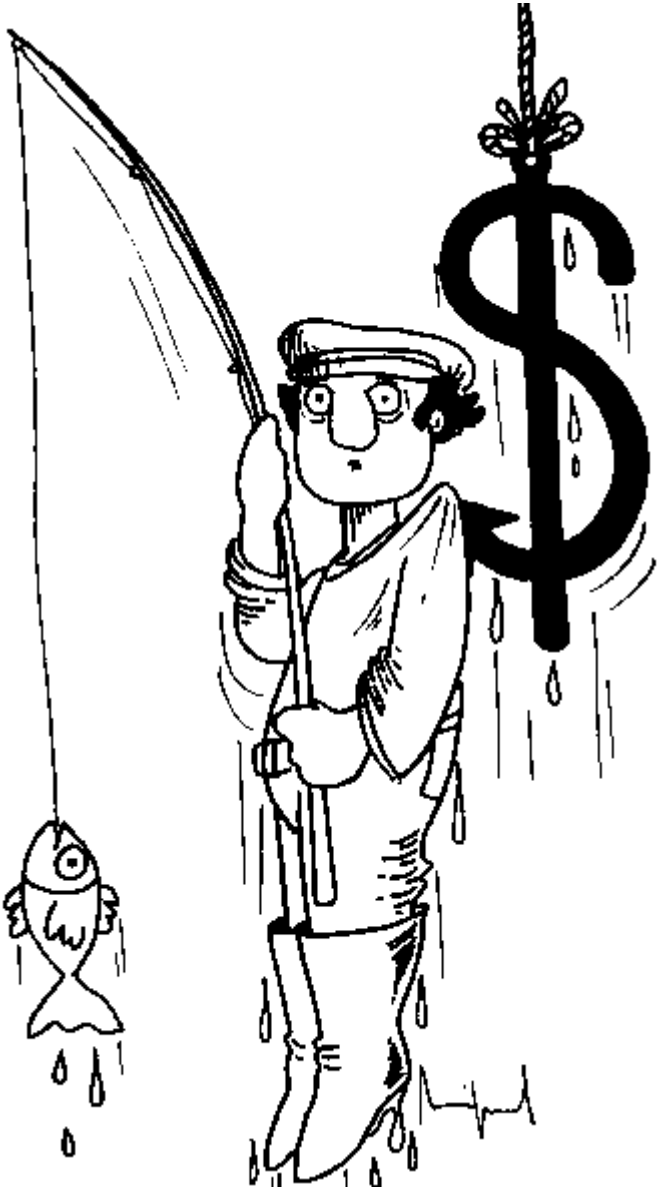
Enquanto isso o dono do barco estaria ruminando

bem intencionado: “Vou comprar a mercadoria que este sujeito quer vender pelo que ela vale. Isto é, vou comprar sua força de trabalho por aquilo que custa produzi-la e reproduzi-la. Se, com quinhentas pratas por dia, ele puder comer, se vestir e morar razoavelmente, como fazem os outros trabalhadores que já tenho aqui, então é isso que oferecerei a ele”.

Ao decepcionar-se com essa oferta o pescador operário poderia argumentar: “Mas eu produzo dez peixes por dia, que se forem vendidos rendem 1000 cruzeiros! Por que receberei apenas 500 cruzeiros, isto é, o equivalente a 5 peixes?

O industrial da pesca prontamente replicaria com certa franqueza: “Meu amigo, o barco é meu, as redes são minhas, e além disso o que estou comprando não é o produto de sua força de trabalho, mas apenas sua força de trabalho. Como qualquer outra mercadoria, o valor de sua força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la e reproduzi-la (suponhamos que ele tenha lido Marx...), e com quinhentas pratas por dia qualquer trabalhador consegue isso; ou você pensa que o dinheiro cai do céu?” E, rematando diria: “Adquiri sua força de trabalho e tenho o direito de usá-la durante as oito horas que você permanece aqui da maneira que me pareça melhor; o que você produzir durante esse tempo, me pertencerá...”

O candidato ao emprego deveria percebe que



perdera a discussão. Melhor seria aceitar estas condições antes que elas se tornassem mais devastadoras ainda, ou que algum outro pescador sem trabalho como ele aceitasse a primeira vaga.

Esse diálogo que provavelmente com outra roupagem acontece em milhares de lugares enquanto o leitor lê estas mal traçadas, e se repete incessantemente na sociedade capitalista, revela um aspecto importante: uma coisa é a força de trabalho ou a capacidade de trabalho, uma mercadoria que como todas as demais tem o seu valor determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para ser produzida e reproduzida; outra coisa é o resultado dessa força de trabalho posta em ação, ou o produto dessa força de trabalho.

O trabalho cria valor: se o trabalhador trabalhar além de certo tempo criará um valor superior ao valor de sua força de trabalho.

Quando o trabalhador é independente, depois de pescar o suficiente para a manutenção de sua família (no nosso exemplo, depois de pescar 5 peixes, ou trabalhar durante 4 horas) pode *parar de trabalhar*. Como ele é o proprietário dos meios de produção que necessita (a rede, os anzóis, as linhas, as armadilhas) e os peixes existem em tal abundância que estão ansiosos para serem pescados, o produto do trabalho – 5 peixes – é apropriado diretamente pelo produtor sem ter que dar satisfações a ninguém. O produtor se apropria do resultado de sua capacidade de trabalho posta

em ação e ponto final.

No entanto, quando ele perde essa independência e é obrigado a vender sua força de trabalho, o resultado da mesma posta em ação não mais lhe pertence e sim a quem lhe comprou tal força. O comprador de sua capacidade de trabalho pode obriga-lo a continuar trabalhando mesmo depois de ele ter criado um valor correspondente ao de sua força de trabalho, quando então produzirá um *valor excedente* ou uma *mais-valia*.

Em síntese, o trabalhador vende a sua força de trabalho pelo seu valor, mas – e aqui está o pulo do gato – o valor que a mesma produz é maior do que o valor que contém: a diferença é um *valor a mais* apropriado pelo capitalista gratuitamente, chamado por Marx de *mais-valia*.

A diferença entre o valor produzido e o valor da força de trabalho medido em horas de trabalho pode no entanto variar. Ou melhor, numa jornada de 8 horas, nem sempre 4 horas correspondem – como no exemplo que estamos examinando – ao tempo de trabalho necessário para que o trabalhador crie um valor correspondente ao de sua força de trabalho, sendo as quatro horas restantes trabalho excedente ou mais-valia.

Nos exemplos utilizados por Marx, invariavelmente a jornada de trabalho se divide em duas partes iguais, sendo o trabalho necessário da mesma duração que o trabalho excedente. No entanto essa divisão da jornada admite várias outras

proporções. Além disso, em certas ocasiões o trabalho excedente avança no trabalho necessário, isto é, a mais-valia empurra o salário, em outras é este último que penetra no sacrossanto perímetro da mais-valia. Estes movimentos dependem das condições políticas, sociais e econômicas existentes na sociedade e necessitam ser examinadas em cada caso concreto.

## A mais-valia e o salário: doenças e contra-doenças

A relação entre o trabalho excedente (aquele que constitui a mais-valia) e o trabalho necessário (aquele que corresponde ao salário), ou a expressão t.e/t.n é denominada por Marx de taxa de exploração. Essa mesma relação tomada em termos de valor, ou a mais-valia comparada com a parte do capital destinada a pagar salários – *o capital variável* ou m/v, é a *taxa de mais-valia.*

Mesmo sem conhecer estes conceitos, e saber decifrar nomes aparentemente tão exóticos como *trabalho necessário, trabalho excedente, capital variável* etc, a atuação prática dos

capitalistas visa sempre aumentar a taxa de exploração dos trabalhadores. Quer aumentando a parcela da mais-valia através da ampliação da jornada de trabalho ou da intensificação do mesmo, quer reduzindo o tempo de trabalho necessário para que o trabalhador crie um valor equivalente ao de sua força de trabalho, ou inclusive pagando ao trabalhador um salário inferior ao valor de sua força de trabalho, o objetivo é sempre o mesmo: ganhar mais às custas do trabalhador.

No entanto, os trabalhadores reagem com maior ou menor violência a tais intentos. A luta entre a mais-valia e o salário na verdade é uma espécie de cabo de guerra: o avanço da mais-valia no salário ou vice-versa depende da força de que cada classe dispõe na luta travada todos os dias na sociedade em geral e nas fábricas, as fazendas, e nos locais de trabalho em particular.

O acidente que decepou os dedos daquele companheiro e as manifestações decorrentes mostraram uma certa relação de forças entre empregados e patrões. Embora tivéssemos sindicato, nada ou quase nada foi feito para defender o trabalhador acidentado, e muito menos para questionar as péssimas condições de trabalho existentes na fábrica. A existência de um sindicato geralmente revela que os trabalhadores dispõem de um instrumento para defender seus interesses. Mas, por si só não é garantia para que tal coisa aconteça. Muitas vezes as condições políticas,

sociais e mesmo econômicas existentes na sociedade não são encorajadoras. Em outras os próprios patrões buscam neutralizar a ação dos sindicatos pressionando ou ameaçando seus dirigentes com prisões e espancamentos e comprando ou subornando seus líderes com privilégios e mordomias difíceis de recusar...

Por outro lado, tanto para o capitalista como para o trabalhador, a questão não se resume em estabelecer um salário, ou um tanto em dinheiro que o primeiro se compromete a pagar ao segundo em troca de sua força de trabalho, embora isto seja o principal. A questão vai mais além: é necessário determinar também em que ritmo ou cadência o trabalhador deverá trabalhar e em que ambiente esse trabalho deverá ser realizado Muitas destas questões não se incluem ainda nos contratos coletivos celebrados entre operários e patrões e dão lugar a um sem-número de abuso. Se o ruído excessivo for danificando os tímpanos do trabalhador, ou o “pó do diabo” reduzindo perigosamente sua capacidade respiratória, quem o manterá se a sua força de trabalho se tornar imprestável antes do momento da aposentadoria?

Na fábrica de tecidos, como já assinalei, o pessoal vivia com irritação na garganta e nos olhos, com dores nos ouvidos pelo excesso de barulho. Na de brinquedos, havia uma suspensão de limalha de metais mais satânica do que o pó do diabo; e tanto ali como na fábrica de material

eletrônico o salário por peça se encarregava de imprimir ao trabalho um ritmo alucinante. Enquanto nesta última fábrica a intensidade do trabalho era evidentemente superior àquela que qualquer pessoa de bom senso poderia considerar "normal", na de tecidos, embora a intensidade do trabalho não fosse descomunal, as jornadas se estendiam noite adentro e ao invés de se trabalhar as 8 horas e 45 minutos (os 45 minutos se destinavam a compensar os sábados livres) se mourejava quase 10 horas diárias e, no sábado, outras cinco.

Se um trabalhador ganha Cr$ 40.000,00 por mês e outro Cr$ 20.000,00, não podemos dizer imediatamente que um recebe o dobro do outro, sem verificar as condições em que cada um trabalha.

Apesar da grande diferença em termos monetários do salário que recebia na fábrica de tecidos em comparação ao que me pagavam no salão do seu Abreu, hoje tenho dúvidas se ali ganhava realmente mais. Na fábrica não só trabalhava num ambiente poluído e desagradável como a jornada se estendia até as nove ou dez da noite. No salão de beleza, ao contrário, vivíamos numa atmosfera perfumada e limpa, ainda que me embrulhasse o estômago ver o patrão nem bem raiasse o sol, passando loção e aparando neuroticamente um ou outro fio travesso do bigode estilo Errol Flynn. Além disso, o horário era respeitado, a não ser aos sábados,

quando a clientela aumentava despudoradamente, mas nós compensávamos chegando bem mais tarde na segunda-feira.

## A mais-valia absoluta

O aumento da mais-valia pode ser obtido através da extensão da jornada de trabalho. Isso, eu e meus companheiros da fábrica de tecidos já intuíamos antes mesmo de saber o que era a mais-valia.

Se, por exemplo, de uma jornada de 8 horas, 4 correspondem à mais-valia e outras 4 ao salário, a taxa de exploração ou de mais-valia será igual a 100%: de cada hora trabalhada, trinta minutos serão utilizados para criar parte do valor correspondente ao da força de trabalho e os trinta restantes serão apropriados *gratuitamente* pelo capitalista. No entanto, se o capitalista conseguir aumentar esta jornada para doze horas – sem alterar o salário – a mais-valia aumentará para 8 horas e a taxa de mais valia 200%. Mesmo que o salário aumente na mesma proporção de

aumento da jornada e a taxa de mais-valia permaneça constante, a massa de mais-valia aumenta e isso pode contribuir para aumentar os lucros do capitalista.

Resultado idêntico pode ser obtido com o aumento da intensidade do trabalho: é como se uma jornada de 10 ou 12 horas fosse *condensada* em uma de 8 horas. Aqui é interessante lembrar-nos outra vez que o valor de uma mercadoria se determina pelo tempo de trabalho *socialmente* necessário para a sua produção. Ou melhor, um capitalista pode levar vantagem se durante as oito horas regulamentares da jornada seus operários trabalharem com uma intensidade *superior* à ´média. Assim, se estes produzirem um par de sapatos em meia hora (porque trabalharam mais intensamente), quando o tempo de trabalho socialmente necessário é igual a uma hora, ele poderá vende-lo pelo dobro do que custou em termos de tempo de trabalho obtendo um lucro extraordinário com isso.

Quando li no *O Capital* que o aumento da jornada de trabalho ou da intensidade com que o mesmo se realiza são formas de aumentar a *mais-valia absoluta*, já dispunha de antecedentes para comparar situações em que a jornada de trabalho era consideravelmente superior à jornada “normal’, e outras em que a intensidade com que o trabalho se realizava, superior à intensidade média ou normal daquele tipo de atividade. Inclusive

não foi difícil entender que existem limites muito estreito para que os capitalistas em sua fome de mais-valia apliquem as duas formas simultaneamente. Ou melhor, não foi difícil compreender que além de certo ponto a jornada de trabalho *não pode aumentar* sem que *diminua a intensidade* com que o mesmo se realiza, nem a *intensidade pode aumentar* além de certo limite sem que a *jornada diminua*. Se não existir uma reação de tipo sindical, política ou mesmo governamental (no sentido de que as leis "sejam cumpridas"), a resistência física e mental dos trabalhadores é o único limite em que esbarra a pretensão do capital de arrancar mais-valia suplementar aumentando a jornada e simultaneamente a intensidade do trabalho.

Esta questão ficava mais clara para mim quando recordava que depois do grave acidente na fábrica de brinquedos, um grupo de colegas propôs que em sinal de protesto trabalhássemos num ritmo inferior, já que o sindicato nada fizera. Isto é, propôs que realizássemos uma "o operação-tartaruga" reduzindo a intensidade do trabalho. A proposta era evidentemente incongruente, pois a maioria ganhava por produção e, se o ritmo de trabalho diminuísse, os salários seriam recortados na mesma proporção. Foi logo rejeitada, embora a preocupação de que o acidente não se repetisse levou cada um a trabalhar com mais cuidado reduzindo naturalmente o ritmo de trabalho.

Nos comportamos como o motorista que depois de observar um grande desastre na estrada diminui durante algum tempo a marcha de seu carro. A operação-tartaruga era o inverso da operação “coelho”, isto é, do aumento da intensidade do trabalho, só que a forma em que éramos pagos nos impedia de lançar mão do recurso. O salário por produção (e não por tempo) além de permitir que nossos patrões nos arrancassem mais trabalho, lhes brindava uma excelente defesa contra qualquer pretensão de reduzir o ritmo da produção e capar-lhes sua mais-valia absoluta.

O caso do companheiro da fábrica de tecidos que passou a se encarregar de um número excessivo de máquinas (quando cuidar do número “normal” já era uma tarefa e tanto) e a estender sua jornada noite adentro havia resultado naquilo que eu não entendera muito bem: o trabalhador fugira da fábrica aos berros, como um soldado que abandona a frente de batalha. Não poderia haver melhor verificação prática de que o aumento da jornada e da intensidade do trabalho são métodos que a partir de certo ponto se excluem mutuamente, mas que isoladamente são eficazes para ampliar a mais-valia em forma absoluta.

## A mais-valia relativa

A outra maneira de aumentar a mais-valia mencionada por Marx é reduzindo o tempo de trabalho necessário para que o trabalhador crie um valor equivalente ao de sua força de trabalho. Custei um pouco a entender essa questão, talvez porque em minha experiência anterior não encontrasse caso concreto algum para ilustrá-la.

No entanto, o exemplo do pescador que já conhecemos pode ajudar a compreender este conceito.

Se um pescador trabalhando oito horas por dia obtém dez peixes e cinco são suficientes para alimentá-lo (suponhamos para simplificar que ele somente necessite de alimentos para subsistir e não tenha família para sustentar) o trabalho necessário será igual a quatro horas e o trabalho excedente a outras quatro horas. Isso acontecerá se ele for assalariado de alguém. Caso contrário, poderá para de trabalhar depois de quatro horas, uma vez que já garantiu a sua subsistência e é dono de seu nariz. Suponhamos no entanto o caso mais comum, ou melhor, que ele seja um trabalhador

assalariado. Se o seu patrão lhe entregar instrumentos de pesca mais eficazes, como anzóis mais apropriados, linhas mais resistentes, um barco maior ou uma rede de malha mais fina, sua eficiência na pesca poderá aumentar consideravelmente. A produtividade do seu trabalho crescerá, uma vez que em oito horas nas novas condições técnicas poderá capturar digamos, vinte peixes em vez de dez. Como para *subsistir ele continua necessitando de 5 peixes*, e essa quantidade pode ser obtida agora em apenas duas horas, o trabalho excedente necessário *diminuirá* de quatro horas para duas, e o trabalho excedente para seis horas.

No osso exemplo, com o aumento da produtividade do trabalho resultante da aplicação de técnicas mais avançadas, o tempo de trabalho necessário para que o trabalhador crie um valor equivalente ao de sua força de trabalho diminui de quatro para duas horas. A taxa de mais-valia aumentará dos 100% anteriores (4 horas de t.e sobre 4 horas de t.n.) para 300% (6 horas de t.e sobre 2 horas de t.n) e a massa de mais-valia aumentará de 4 para 6 horas. Isso acontece sem que o *tempo total da jornada de trabalho*

*varie*. O que varia é a divisão da mesma jornada entre o trabalho necessário e o excedente: o primeiro diminui e o último aumenta.

Portanto, o aumento da produtividade do trabalho provoca, ou melhor pode provocar, um aumento da mais-valia relativa. A ressalva deve-se ao seguinte: o aumento da produtividade do trabalho deve ocorrer naqueles produtos que compõem a cesta de consumo habitual do trabalhador assalariado, ou nos meios de produção destes produtos. O exemplo que utilizamos é adequado pois o peixe é um alimento que participa do consumo habitual do pescador e também em forma menos frequente, do consumo dos trabalhadores em geral. O mesmo efeito ocorreria, embora indiretamente, se os meios de produção da pesca demandassem menos trabalho para serem produzidos e, portanto, valessem menos: se as redes, os anzóis, os barcos, etc., custassem menos, isso baratearia o produto da pesca pois menor valor seria transferido destes meios para os peixes pescados. Assim, o tempo de trabalho necessário para que o trabalhador produzisse um valor equivalente ao de sua força de trabalho diminuiria e, consequentemente, aumentaria a mais-valia em termos relativos.

O mesmo acontece quando o aumento da produtividade ocorre na maioria dos produtos agropecuários. Quando o arroz e o feijão, que constituem os alimentos de base do povo brasileiro, por alguma

razão (e não é necessário procurar muito) aumenta drasticamente de preço, os capitalistas pressionam o governo para “baratear” estes produtos, importando o que for necessário e vendendo-os a preços mais acessíveis. Caso contrário, cedo ou tarde os trabalhadores pedirão reajustes salariais para enfrentar a carestia. Se a produtividade da agricultura, no entanto aumentar e isso significar uma diminuição real do preços dos alimentos os salários não tenderão a aumentar e eventualmente poderão se reduzir sem que o trabalhador deixe de consumir o que antes consumia. Ou melhor, se o trabalhador recebia Cr$ 1.000,00 de salário para comprar o arroz e o feijão que necessitasse para subsistir, com a redução do preço destes artigos pela metade, bastaria apenas Cr$ 500,00 para adquirir a mesma quantidade que antes. O salário em termos monetários ou nominais diminuiria, sem que o poder de compra do mesmo se alterasse. Quem sai ganhando obviamente são aqueles que compram força de trabalho cujo preço está se reduzindo devido ao aumento da produtividade na produção de alimentos.

No entanto, se o aumento da produtividade ocorrer num produto que não participe do consumo habitual dos trabalhadores, como por exemplo na fabricação de tecidos de seda, plumas, paetês, ou na produção de anticoncepcionais para gatas, o tempo de trabalho necessário não se

alterará uma vez que tais produtos não participam (e certamente jamais participarão) em forma habitual da cesta de consumo do trabalhador. Portanto, a condição para que a mais-valia relativa aumente é que a produtividade do trabalho cresça na produção de gêneros de primeira necessidade e/ou nos meios de produção (tratores, defensivos, fertilizante, etc.) que entram na confecção desses gêneros

## A mais-valia via inflação

Num país inflacionário como o nosso existe um outro meio – muito sutil – para aumentar a mais-valia, que é a concessão de reajustes salariais em níveis inferiores ao aumento do custo de vida. Isso significa que o trabalhador – a cada reajuste – passa a receber um salário menor do que deveria para reproduzir a sua força de trabalho.[5]

---

[5] De acordo com cálculos do DIEESE, entre 1975 e 1977 o salário mínimo real diminuiu de 100 para 48. Ou melhor, aqueles que recebiam o salário mínimo em 1977 podiam comprar apenas a *metade* (ou um pouco menos) do que compravam os trabalhadores vinte anos antes. Se fizermos a estimativa de quanto um trabalhador devia trabalhar nas duas datas para adquirir a "ração essencial mínima" (isto é, o necessário em alimentos para que um trabalhador adulto subsista durante um mês) obteremos mais ou menos o mesmo resultado: se em 1960 quem recebia salário mínimo devia trabalhar 65 horas e dez minutos para obtê-la, em 1978 era obrigado a mourejar 137 e 37 minutos para comprar idêntica ração, isto é, um pouco mais do dobro.

Suponhamos uma jornada de trabalho de oito horas na qual normalmente quatro são correspondentes ao trabalho necessário e aos outras quatro à mais-valia. Se, devido a um reajuste insuficiente o salário diminui para o equivalente a três horas, isto é, se o trabalhador deixa de receber uma hora das quatro que necessita para criar um valor equivalente ao de sua força de trabalho, a mais-valia aumenta exatamente na mesma proporção em que o salário diminui. Isto é, passa de quatro para cinco horas. Embora esse tenebroso mecanismo afete qualquer trabalhador assalariado em países onde a inflação é intensa, a questão não foi esmiuçada por Marx: no nível de generalização, o grau de abstração em que ele escreveu *O Capital* essa questão não pode ser considerada. No entanto, é inegável que a inflação prejudica enormemente o trabalhador, assim como beneficia os capitalistas ao lhes proporcionar lucros adicionais, embora se ela ultrapassar certos limites ponha em perigo toda a estrutura econômica e deixe de ser "funcional" aos interesses de um ou outro setor da classe dominante. Recapitulando: a mais-valia é trabalho não pago. É tempo de trabalho que o trabalhador entrega gratuitamente ao capitalista depois de

haver trabalhado o suficiente para reproduzir o valor de sua própria força de trabalho. A criação de um valor equivalente ao seu salário não significa que o trabalhador pare de trabalhar: continua no batente até constituir uma mais-valia de maior ou menor magnitude. Essa mais-valia é valor, e como tal não aparece aos nossos sentido para ser apalpada ou acariciada, mas surge como lucro, renda ou juro para que seu proprietário goze e desfrute enquanto é tempo.

Os capitalistas industriais, comerciais, agrícolas, financeiros (e também os proprietários de terra que recebem renda), como se participassem de um infernal sistema de pedágios, cobram uma taxa sobre esse fundo de valor sobrante ou excedente. É nesse terreno que os proprietários dos meios de produção brigam entre si para se apropriar da maior fatia possível dessa maravilhosa substância.

A mais-valia pode aumentar em forma absoluta ou em forma relativa. A primeira forma exige o aumento da jornada de trabalho – tanto aumentando o número de horas trabalhadas como a intensidade com que o trabalho se realiza (nesse último caso a jornada na realidade aumentaria, pois trabalhando com maior intensidade, numa jornada de oito horas o trabalhador condensaria o trabalho normalmente realizado numa de dez de doze horas). A segunda implica o aumento da produtividade do trabalho na produção dos meios

de vida do trabalhador – e, portanto, no barateamento de sua força de trabalho – ou na produção dos meios de produção destes meios.

## O exército de reserva: a válvula de segurança do sistema

Até aqui, minha compreensão sobre a mais-valia ida dando para o gasto... mas uma questão ainda não estava muito clara.

O valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Para reproduzir sua força de trabalho o peão necessita comer, descansar, vestir-se, etc. É indispensável pois (ainda não se inventou outro meio) que adquira certa quantidade de alimentos, roupas, mobiliário, moradia, etc. O valor da força de trabalho deve equivaler, portanto, ao tempo de trabalho socialmente necessário para produzir tais artigos. Mas *quanto* de alimentos, roupas, moradia, e de que *qualidade*, deve compor a cesta de consumo do trabalhador ou constituir uma espécie de *salário mínimo*? A

quantidade e a qualidade do que se consome é algo fixo – independentemente da época e do lugar – ou pode variar para mais ou para menos de acordo com as circunstâncias?

Na empresa distribuidora de derivados do petróleo as diferenças no consumo de alimentos entre os empregados era mais ou menos evidente. A maioria levava marmitas e almoçava nas próprias mesas de trabalho e era fácil perceber que, preferências à parte, uns faziam uma refeição mais decepcionante do que feriado caindo no domingo, enquanto outros até que se alimentavam razoavelmente. Mas não eram essas as diferenças que mais me chamavam a atenção.

Quando trabalhava na empresa de material eletrônico, lembro-me que alguns técnicos recém chegados da Alemanha ganhavam substancialmente mais do que os brasileiros desempenhando as mesmas funções. Os nativos reconheciam isso e ironizavam, dizendo que devia ser porque os “gringos” falavam alemão e podiam entender-se mais facilmente com os diretores... Mas, se convertêssemos a cruzeiros o que um simples operário faturava na Alemanha, a diferença com os brasileiros mostrava-se também substancial. Portanto, uma coisa era certa: os salários dos trabalhadores alemães superavam com folga os recebidos pelos “nativos” da mesma categoria.

A argumentação de Marx de que o salário se determinava social e historicamente, isto é,

dependia de condições históricas e sociais, variando, portanto, no tempo e no espaço, parecia-me convincente e quase “óbvia”. Além disso, o argumento de que o valor da força de trabalho de um engenheiro valia mais do que a força de trabalho de um peão também me parecia lógica, uma vez que para produzir e reproduzir a força de trabalho do primeiro era necessário muito mais trabalho (em termo de longos anos de estudos, utilização de materiais para experiências, etc.) do que para fazê-lo com a força de trabalho do segundo. E para determinar o valor de um produto no qual participassem forças de trabalho de ambas as categorias bastaria considerar a força de trabalho do engenheiro como um múltiplo da força de trabalho do operário e reduzi-la a termos desta última: uma hora de trabalho qualificado valeria, por exemplo, 10 horas de trabalho simples. Desta forma seria natural que o salário pago a um técnico fosse superior ao pago a um operário não qualificado. Os salários na Alemanha devia ser mais elevados por tratar-se de um país mais desenvolvido, onde o nível de vida médio da população era muito mais alto do que no Brasil e também porque as lutas sindicais eram mais antigas e eficazes e a força dos sindicatos também consideravelmente maior.

Em todas as empresas multinacionais onde me empreguei – com exceção da fábrica de tecidos – o sábado era livre. Embora a jornada de trabalho

durante os cinco dias da semana fosse um pouco superior a oito horas, a semana inglesa era um grande atrativo. Creio que as empresas estrangeiras ofereciam estas condições no Brasil, não só porque tal procedimento já era corriqueiro em seus países de origem como também porque, ao representar uma vantagem, contribuía para atrair o melhores trabalhadores de cada categoria, inclusive os que já estavam trabalhando em outras empresas onde o sábado livre não havia sido ainda implantado. Mas nos países de origem das multinacionais, os trabalhadores tinham o sábado livre sem trabalhar mais do que oito horas ou melhor trabalhavam 40 horas por semana, nos 5 das da semana. Minha conclusão era: em países como os EUA ou a Alemanha, isto é, nos países desenvolvidos, os trabalhadores ganhavam mais e trabalhavam menos do que no Brasil. Não só o salário em termos monetários era maior, como para consegui-lo, os alemães trabalhavam menos do que os brasileiros.

Embora as razões dessas diferenças fossem relativamente claras, com já assinalei, a questão levantava a seguinte lebre: se o que fazíamos no Brasil era praticamente o mesmo que realizavam nossos companheiros na Alemanha ou nos EUA; se as máquinas e as matérias primas eram basicamente as mesmas (talvez nossas máquinas um pouco mais velhas e obsoletas), por que não lutar para uma equiparação de salários e demais

Condições de trabalho? Isto é, de que armas dispunham os patrões para impedir que uma reivindicação como essa tivesse êxito?

A entrada maciça de investimentos das empresas multinacionais na segunda metade dos anos 50 provocou efetivamente uma elevação dos salários dos trabalhadores mais qualificados, como os mecânicos, eletricistas, ferramenteiros, etc. Isto aconteceu porque com a implantação destas empresas a demanda desse tipo de trabalhador aumentou mais velozmente do que a respectiva oferta.

Elas disputavam certos tipos de operário cuja existência era relativamente escassa, e o resultado não poderia ser outro do que uma elevação dos salários. Como vimos anteriormente, isso provocaria uma invasão de salário na mais-valia. Evidentemente, os capitalistas seriam prejudicados, pois sempre que a linguiça está correndo atrás do cachorro, além da invasão do salário na mais-valia, acontece algo mais preocupante ainda: os trabalhadores começam a ficar muito exigentes em relação às condições gerais em que se realiza o trabalho.

Se a falta de trabalhadores é generalizada, isto é, não se restringe aos qualificados, e a demanda continua aumentando, as únicas formas de evitar que os salários aumentem são as seguintes: o recurso às migrações internas ou internacionais e/ou introdução de técnicas eu poupem

mão de obra, provocando um arrefecimento da demanda de força de trabalho.

O primeiro caso supõe a existência de trabalhadores excedentes ou desempregados em outras regiões dispostos a migrar para onde se lhes ofereça trabalho ou melhores salários; o segundo, que a tecnologia que poupa trabalho já se encontre disponível para ser utilizada.

Dizem que a mãe das invenções é a curiosidade e a avó a preguiça. Mas no sistema capitalista as coisas são um pouco diferentes. Embora uma invenção possa ser fruto de mero acaso, ou mesmo de inquietação intelectual de algum cientista, nada garante que seu emprego reduza a canseira dos trabalhadores. O que geralmente acontece com a utilização capitalista de uma nova tecnologia é o aumento da exploração dos que se mantêm em funções. Ou melhor, como boa parte das novas das novas invenções desemprega trabalhadores, os que perdem o emprego, além de curtirem o desemprego mais atroz, contribuem para que aqueles que permaneceram empregados não ousem pôr as manguinhas de fora, pois poderão ser imediatamente substituídos pelos primeiros.

Ou melhor, os capitalistas sempre se valeram da existência de trabalhadores excedentes, desempregados, etc., para impedir que os salários daqueles que se encontravam empregados aumentassem, e também para impor condições mais duras de trabalho a estes últimos.

Através do fomento às migrações ou para introdução do progresso técnico, os capitalistas ajustam a curto prazo a demanda de trabalhadores à oferta disponível, de tal forma que a primeira seja sempre um pouco menor do que a segunda.

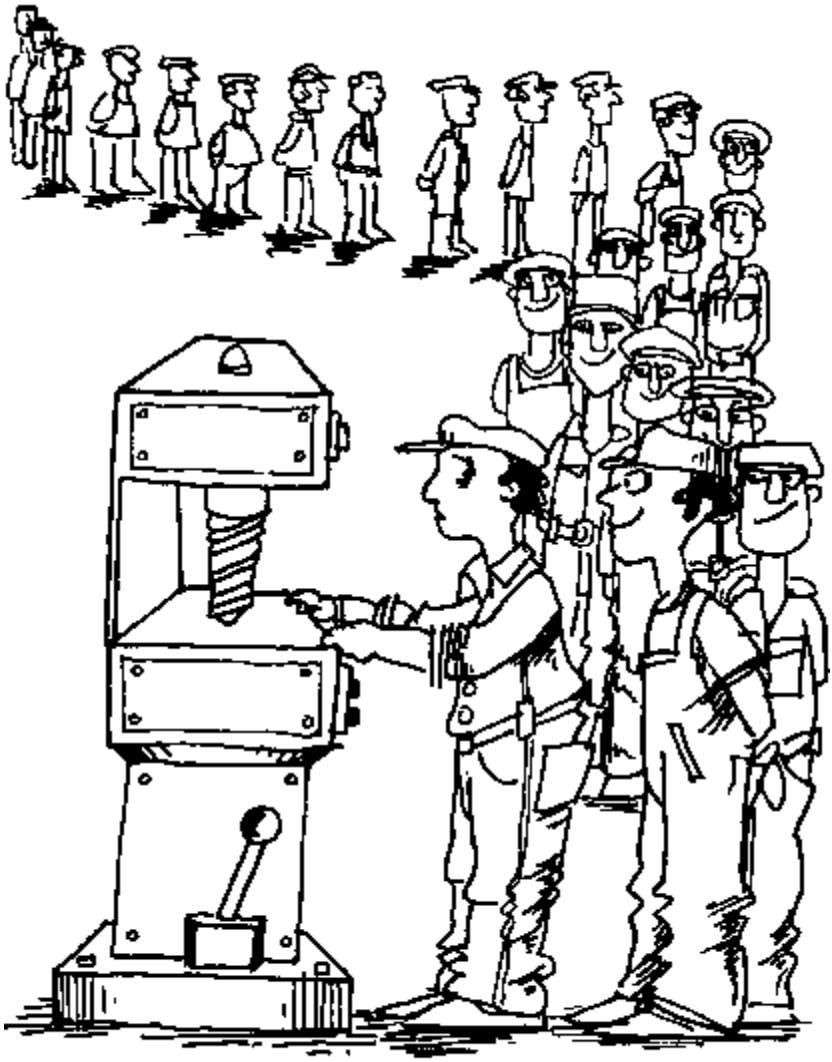
Se a utilização de uma nova máquina me permite reduzir os custos de produção e melhorar minhas condições de concorrência, não hesitarei em despedir um determinado número de trabalhadores. Se os demais capitalistas movidos pela concorrência fizerem o mesmo, estará formado o mecanismo que favorece a manutenção dos salários em níveis toleráveis por Dona Mais-Valia: reservas que podem ser convocados para substituir qualquer trabalhador empregado que se mostrar recalcitrante, ou se recusar a aceitar as condições oferecidas. Se alguém puder substituir um trabalhador que adoece, falta, ou começa a lutar por melhores salários e condições de trabalho, isso fará certamente este último pensar duas vezes antes de se declarar doente, chegar tarde no serviço ou liderar qualquer movimento reivindicativo. Vender força de trabalho é uma desgraça, mas não ter quem a compre é uma infelicidade muito maior. Portanto, a existência de um *exército de reserva* constitui uma temível arma que induz os trabalhadores empregados a colocar “limites às suas pretensões”.

Uma certa quantidade de desempregados, em síntese, é imprescindível para que o capitalismo

Funcione satisfatoriamente, isto é, para que a extração de mais-valia não sofra turbulências originadas pela indisciplina ou pelas “exageradas reivindicações” dos assalariados.

Este *exército de reserva* existe normalmente na forma de uma determinada quantidade de trabalhadores desempregados. No entanto, na fábrica de tecidos onde trabalhei, talvez *uma parte* dessa reserva se encontrasse *no seu próprio interior*. Naquela empresa, como já assinalei, quando algum operário era despedido ou transferido, antes de substituí-lo por alguém de fora (do exército de reserva propriamente dito), o supervisor perguntava se algum de nós não estaria disposto a cuidar “provisoriamente” de um número maior de máquinas

O que levava alguns companheiros a aceitar estas condições lesivas? Em primeiro lugar a possibilidade de aumentar um pouco os rendimentos. Mas também agiam pressionados pelo medo de desagradar os chefes e serem os primeiros a espirrar em futuras dispensas. Além disso, o fato de que alguns operários se prontificassem a assumir rapidamente estas vagas funcionava como um alerta para os demais: se alguém se recusasse a realizar ceras tarefas ou reclamasse contra as condições de trabalho teria substituto imediato... A rigor, não criaríamos grandes problemas para os chefes, a menos que todos os trabalhadores resolvessem parar, o que é muito difícil de acontecer



*O exército industrial de reserva.*

mesmo onde estes estão bastante conscientizados.

Constata-se que na República Dominicana – em 1965 – o povo rebelado, com muita vontade de “pelear” mas com poucas armas, tinham um comportamento até certo ponto contraditório: atrás de cada fuzil se reuniam cinco ou seis pessoas e, quando aquele que o empunhava caía alvejado havia um discreto contentamento do primeiro da fila que poderia finalmente utilizá-lo... Na guerra de todos os dias do “front” do trabalho, o exército de reserva, externo ou interno atua mais ou menos dentro da mesma lógica.

Um sistema análogo, embora aplicado com certa inteligência e sofisticação, é o adotado pelo atual técnico de nossa seleção de futebol. Nenhum jogador tem a posição garantida. E mesmo os de passaporte carimbado se cuidem, pois o reserva, ou o reserva do reserva, pode pintar em melhores condições físicas, técnicas e também no que se poderia chamar de “comportamento extra futebol” e ganhar a posição. Os jogadores acatam sem chiadeira as diretrizes táticas e as técnicas de treinador e aparentemente o espírito de concorrência tem provocado efeitos positivos. No entanto, como acontece nas atividades industriais, comerciais, etc., parece que alguns jogadores, talvez por “indisciplina”, estão na “lista negra” e dificilmente encontrarão emprego na Seleção...

Em suma, é esse exército de reserva (que assume as formas concretas mais variadas) que representa

o freio e não deixa os salários ultrapassarem certos limites, invadindo a mais-valia, embora existam outros fatores que influem na determinação dos salários, mas que não podemos desenvolver aqui.

O exército de reserva pode encolher ou se expandir de acordo com fatores conjunturais. Por exemplo, nos períodos de auge econômico, quando a demanda de força de trabalho cresce rapidamente, o exército de reserva diminui e os salários tendem a aumentar um pouco. No entanto, isso não necessariamente implica uma redução dos lucros, pois a própria época de prosperidade contribui para que os equipamentos sejam utilizados mais eficientemente, que não haja capacidade ociosa, etc., e portanto para que os custos se reduzam. Além disso, se os salários aumentarem exageradamente, sempre existe a possibilidade de incorporar as técnicas mais avançadas (que poupam mão de obra), já existentes mas ainda não utilizadas, para reequilibrar a oferta e demanda de força de trabalho. Ou melhor, para fazer com que o exército de reserva volte aos seus níveis “normais”, se o recurso às migrações não ´puder ser utilizado.

Na fábrica de brinquedos presenciei uma substituição do “homem pela máquina”, embora a vítima não chegasse a perder o emprego. Um torno semi-automático manejado anteriormente por dois operários – um alimentava a máquina

matéria prima e o outro realizava ajuste na peça que ia sendo preparada – foi substituído por um automático que prescindia do alimentador e necessitava apenas de um vigilante para o caso de alguma emergência. Curiosamente o operário sobrante foi transferido para uma atividade onde o que prevalecia era a força física: tratava-se de dobrar – no muque – canos de metal para confeccionar as barras de direção dos velocípedes. Este caso ilustra um fenômeno interessante da substituição do trabalho vivo por equipamento mais avançado, isto é, pelo trabalho morto: a introdução do progresso técnico às vezes resulta na coexistência de máquinas sofisticadas com formas rudimentares de produção.

Outro exemplo, mais interessante ainda, é o que acontece atualmente – 1982 – na economia brasileira. A recessão[6] que nos assola e que devasta a esperança de milhões de trabalhadores por uma vida melhor vem provocando um aumento alarmante do desemprego. Uma empresa no Rio, quando recentemente abriu inscrições para o preenchimento de algumas vagas, recebeu uma avalancha de mais de trinta mil candidatos, muitos dos quais nem sabiam de que tipo de emprego se tratava... Não há dúvida de que, embora a

[6] Para uma primeira abordagem sobre o tema da recessão, remeto o leitor para o meu livro *O que é recessão*, nesta mesma coleção.

inflação e o custo de vida tenham aumentado escandalosamente, os níveis elevados de desemprego devem ter influído para que o número de greves tenha diminuído em 1981 em relação aos anos anteriores.

Diante das flutuações da economia ou dos ciclos econômicos, os capitalistas têm armas muito mais eficazes para se defender do que os trabalhadores: quando faltam braços, lançam mão da tecnologia mais avançada ou recorre às migrações; quando sobram, despedem uma parte, engrossando o exército de reserva e empurrando para a rua da amargura centenas de milhares de trabalhadores que terão de “inventar” como ganhar a vida.

A existência de um exército de reserva é, portanto, uma das condições essenciais para que o salário não desembeste e invada a mais-valia, e também para que os trabalhadores se mantenham “calmos e controlados”.

O esclarecimento desta questão não somente contribuiu para que eu entendesse melhor certos acontecimentos de minha experiência passada como assalariado, como também encaixou com perfeição na explicação geral do que era o capitalismo e a produção de mais-valia. O ciclo se fechara no plano da compreensão do que acontecia no mundo do trabalho. No mundo dos vivos no entanto, não se tratava apenas de compreender o que acontecia mas também de transformar as condições existentes.

## A mais-valia vai acabar?

No dia 13 de setembro de 1973 um comando do exército invadiu meu apartamento em Santiago do Chile

Os emissários do general Pinochet revistaram todos os cômodos em busca de armas e propaganda mas, nada encontrando, cismaram particularmente com minha pequena biblioteca. Um sargento, creio, se encarregou de fazer uma triagem dos livros destinados a alimentar uma enorme fogueira no pátio do edifício. No entanto, não parecia ter um critério claro para selecioná-los. Examinava de preferência os volumes mais grossos para certificar-se que não havia nada escondido dentro. Em seguida e interrogava sobre o comentário dos mesmos.

Algumas obras de Lênin foram surpreendentemente poupadas das brasas pois, sem mentir

completamente, respondi que se tratava de livros de “filosofia”. Ele aproveitou para informar – como quem dá uma ordem – que dali e diante no Chile só seria permitida a “ocidental e cristã”. Concordei, pois polemizar com quem segura o fuzil e é capaz de argumentação tão devastadora seria não apenas inútil como muito perigoso. Pensei que Mao Tse Tung teria razão se dissesse que, às vezes, a cultura nasce da ponta de um fuzil...

Mas uma coleção em inglês sobre as guerras de independência dos Estados Unidos – *The American Revolution* – e um volume de Simone de Bouvoir, *Para que la accióon?*, foram imediatamente separados para as labaredas.

Quando chegou a vez dos três volumes de autoria do homem que não gostava dos barbeiros, o comportamento do militar inquisidor também revelou enorme despistamento.

***

Logo no primeiro dia do golpe militar tentei eliminar todos os papéis e livros que me pareciam comprometedores de acordo com o que imaginava fossem os critérios de seleção dos perdigueiros do general Pinochet. Rasgava a papelada e, com o auxílio de um pouco de água sanitária, transformava esse material numa pasta que podia ser eliminada pela privada. Minha preocupação, entre

entre outras, era não sair no hall e ir até a lixeira com embrulhos para evitar a vigilância dos vizinhos, mas, ao mesmo tempo, desejava preservar o banheiro, pois entupi-lo sem saber até quando duraria o toque de recolher seria um erro de consequências imprevisíveis... Não possuía lareira e a simples queima de papeis (o que, dada a rapidez, parece ser o procedimento mais recomendável) poderia deixar qualquer um em mau lençóis naqueles dias de setembro devido à inevitável fumaça.

Por isso, não tive tempo de eliminar todos os livros "subversivos" que possuía. Mas, embora os três volumes de *O Capital* me parecessem o que havia de mais comprometedor, uma vez que os generais golpistas se referiam frequentemente aos seus inimigos como sendo os "marxistas", talvez por inoportuna reverência não tive coragem de destruir. Continham várias anotações nas margens – o que poderia torna-los ainda mais suspeitos – mas deixei-os tranquilamente na estante sem nenhuma preocupação em "disfarça-los", como por exemplo, arrancando-lhes a capa.

***

O sargento folheou cada um dos três volumes para verificar se não havia ali dentro alguma arma. Em seguida fez rotineira pergunta sobre o conteúdo. Como ele poupara o *Materialismo*

*e Empirocriticismo* – apesar da foto na capa do homem que não precisava dos barbeiros – afastei a hipótese de que estivesse me submetendo a uma macabra gozação. Mesmo porque o clima não correspondia: era bastante macabro mas não havia no ambiente o mais leve toque de gozação. Controlei o nervosismo e arrisquei que eram livros de contabilidade. Ele repôs os três volumes na estante e daquela vez pelo menos Marx também foi poupado: a subversão em termos estratégicos não parecia preocupar muito o nosso aprendiz de general.

Os que lutavam pelo desaparecimento da mais-valia, mesmo ignorando teoricamente o que ela significava, não tiveram a mesma sorte. Intuitivamente os militares chilenos concordavam com Bertold Brecht, embora talvez ente eles esse fosse o único ponto em comum: “Aquele que aprende” dizia o grande dramaturgo, “é mais importante do que a doutrina aprendida”.

A intensidade da repressão que desabou sobre os ombros dos trabalhadores – e continua desabando – deu a medida exata de como a mais valia havia sido encurralada pelo salário.

Durante o governo de Salvador Allende o despotismo existente nos locais de trabalho foi pouco a pouco cedendo lugar a relações menos autoritárias. A voz dos oprimidos começou a se fazer ouvir e a margem de manobra dos homens do capital foi se estreitando. Os alicerce que

permitem uma extração segura e tranquila da mais-valia sofriam abalos cada vez mais fortes. As condições políticas, sociais e econômicas para que o dono de uma empresa dispensasse um operário ou lhe aplicasse uma sanção por não estar trabalhando “satisfatoriamente” eram cada vez mais frágeis. Mesmo o uso e abuso do exército de reserva sofria limitações severas. O salário enfim, começava a invadir o sacrossanto perímetro da mais-valia.

Os trabalhadores já reuniam forças para dirigir as fábricas e controlar a produção, expulsando os antigos proprietários, dispensando ou “enquadrando” os gerentes, supervisores, isto é, aqueles que personificavam os interesses do capital. Começavam a construir um poder.

É precisamente quando a situação chega nesse ponto que aqueles que começam a perder o poder percebem que a sociedade está dividida em classes e que existe um estado de dominação. É quando “la tortilla amenaza volverse” que os capitalistas assustados transferem seu dinheiro para fora do país com uma das mãos e com a outra pressionam para que se desfeche um golpe militar.

Durante o governo da Unidad Popular os preparativos golpistas acompanharam as profundas transformações que as relações de poder iam sofrendo. Embora a criação de mais-valia e, portanto, o sistema capitalista encontrassem obstáculos cada vez maiores para se reproduzir,

nas fábricas, nas fazendas, nas empresas em geral sob controle dos trabalhadores a produção aumentava até onde o abastecimento de matérias primas, combustíveis, peças de reposição e também a sabotagem o permitiam.

Por outro lado, livrar-se dos patrões provocava imensa alegria entre os trabalhadores. Em geral, por sensível que seja um pesquisador, sua atenção ao estudar como se desenvolve a produção capitalista inicialmente se dirige para as condições materiais em que o trabalho se realiza: baixos salários contaminação ambiental, tarefas pesadas e monótonas etc. As condições morais e espirituais existentes geralmente são relegadas – quando são lembradas – para um segundo plano. Mas um operário cujo supervisor é um mandão, um déspota, pode trabalhar no ambiente mais asseado e colorido, com fundo musical e recebendo um bom salário que soltará rojões se esse mandonismo for eliminado, mesmo que isto lhe custe a perda de algumas condições anteriores.

Imenso júbilo invadia os trabalhadores depois que o gerente ou o dono de uma empresa perdia seus poderes e era simplesmente aconselhado a ir para casa. Ainda que as condições materiais dos trabalhadores da empresa “tomada” piorassem, pois a inflação, o desabastecimento, os transportes incertos tornavam a existência cotidiana um ato de verdadeiro malabarismo, tudo parecia ser compensado pela eliminação do autoritarismo e

pela restauração da dignidade pisoteada. O trabalhador se identificava com o seu trabalho e começava a encontrar um sentido para a sua existência. Como sempre acontece na ausência repentina de coação, muitos aproveitavam para exercitar a mais singela vagabundagem, mas a maioria percebia o que estava em jogo e se empenhava em evitar o colapso da produção e, especialmente do abastecimento.

Embora de maneira desigual, a massa do povo no Chile estava bem avançada nesse processo de transformação de antigos hábitos, de quebra coletiva de poderosos tabus e de mudança dos padrões tradicionais de comportamento. A situação guardava certa semelhança com a dos jovens que se indispõem com os pais, brigam com a família (ou são repudiados por ela) e decidem sair de casa e viver em outro lugar com amigos, em “repúblicas” ou mesmo – o que é mais raro – sozinhos.

O nível de vida geralmente cai. A alimentação piora não só devido à grana curta como à ignorância culinária. As roupas se apresentam mal lavadas e passadas. Os móveis utilizados são de duvidosa procedência, sem falar na “solidão” dos fins de semana. Mas é compensador – pelo menos no início – respirar o ar da liberdade, abrir uma primeira fissura no sistema de poder desenvolvido por nossos pais durante anos para obter nossa obediência, sistema no essencial herdado de nossos avós e que nós certamente, se descuidarmos aplicaremos também a nossos filhos...

O povo chileno realizou um movimento parecido mas com perspectivas infinitamente mais promissoras e grandiosas: para resgatar a dignidade há séculos vilipendiada e construir uma nova forma de relacionamento humano, avançaram até o limite máximo de qualquer comprometimento pessoal, que é dispor da própria vida.

A experiência chilena convenceu-se de algo que até então considerava mais uma frase de efeito do que a expressão de uma profunda verdade: o drama da burguesia é saber que *não pode* viver sem o proletariado e de que este *pode* viver (melhor) sem ela.

***

Entre 1970 e 1973 no Chile, havia um sinal claro de que a mais-valia se encontrava sitiada pelo salário; a política penetrava violentamente em todos os poros da vida cotidiana. As atitudes mais singelas ou corriqueiras, como um aceno mal endereçado ou um olhar equívoco dentro de um elevador pesavam positiva ou negativamente na luta que se desenvolvia. Esse período mostrou também que uma coisa é ler sobre a luta de classes, a exploração, a mais-valia; outra muito diferente (e muito mais emocionante) é vivenciar um processo que ameaça revirar de cima a baixo as relações de nominação. Quando há relativa “paz social” é

sintomático que façamos referência à luta de classes pensando mais nas classes do que na luta por elas travada. Mas, se o motor da história se acelera, é a luta que inexoravelmente passa para o primeiro plano.

Um pouco antes do golpe, um acontecimento banal deixou claro para mim até que ponto a consciência política havia evoluído no Chile, e como as transformações mencionadas anteriormente haviam galvanizado a vida nacional.

O inverno de 1973 foi particularmente rigoroso. A greve dos transportistas desorganizando o abastecimento, os atos de sabotagem sobressaltando a população, a inflação galopante, além do frio e da chuva, não só exasperavam ao extremo o comum dos mortais como eram o prenúncio de que o desenlace estava próximo. No mês de julho, por mais de dez dias o sol não apareceu. Para descontrair um pouco e matar as saudades do sal, do céu, do sol, resolvi assistir um filme que não tratasse de política. Por sorte encontrei um sob medida: *A grande barreira de coral*, um documentário sobre os corais das ilhas da Polinésia.

O cinema estava lotado e em relativo silêncio. No entanto, quando certo molusco entrou em cena estendendo seus tentáculos como um polvo e devorando os incautos sem sair do lugar, a plateia imediatamente se posicionou diante de símile tão evidente.

A maioria começou a vaiar, mas muitos aplaudiram o

estranho animal. Em poucos minutos a luta política chilena ocupava o centro das atenções e das proclamações. Dali em diante, dependendo para que lado soprava o vento –se à esquerda ou à direita -, até as folhas das palmeiras eram recebidas com palmas ou com assobios.

Os espectadores constituíam uma amostra bem representativa da profunda clivagem que separava a população chilena. Quando esta divisão significa que a massa do povo é consciente da exploração a que está submetida e pelo menos intui quais são as causas, não é mais possível continuar arrancando impunemente mais-valia dos trabalhadores. Nesse momento, para conservar o seu poder e os seus privilégios (e recuperar o que já foi perdido) a classe dominante não dispões de outra alternativa do que apelar para a força bruta. A presença do pequeno Pinochet em minha sala de jantar vasculhando papéis e escolhendo livros para a fogueira era apenas um pequeno detalhe indicando que tal apelo fora atendido e a ação resultante coroada de êxito...

***

Antes de viajar para o Chile eu já sabia o que era a mais-valia. Mas convenci-me de que é muito mais fácil assimilar a lição se aprendemos o que ela é, lutando simultaneamente para a sua desaparição. No entanto, uma triste certeza e uma dúvida

angustiante me assaltaram depois de todo esse sufoco. A certeza consistia em que não era nada fácil liquidar tão poderosa Dama. A dúvida se resumia em como escolher o caminho mais viável para atingir esse objetivo. Enfim, tinha a incômoda sensação que o seu Edgar, depois de ouvir pela milésima vez que a mais-valia ia acabar, estaria dizendo entre irônico e mordaz, pela milésima primeira: “Será”?

## Indicações para leitura

Conheci mãe de família que ensinava seus filhos – mal saídos da mamadeira – as causas da pobreza e da miséria deste mundo. Certa vez o caçulinha me explicou todo solene porque um sujeito maltrapilho pedia dinheiro na rua:

- “A culpa é dos hamburgueses!”

Conheci também pessoas que haviam concluído com louvor vários cursos de Economia Política sabendo calcular sem embaraços a taxa de mais-valia mas relutavam em aceitar a ideia que por detrás da fórmula havia um processo de exploração.

Ambos os enfoques sobre o que é a exploração e a mais-valia são evidentemente ingênuos e equivocados. No entanto, para que as concepções de Marx não sejam confundidas com uma macroeconomia dos rebeldes é conveniente que ao estuda-las observemos as formas como a

exploração aparece em nossa vida cotidiana. Ou melhor, nessa árdua tarefa é importante caminhar sempre com as duas pernas: a teoria e a prática.

Contudo, a leitura de *O Capital* se impõe. Realizá-la é como instalar-se num volkswagem: entrar é difícil, mas sempre depois, lá dentro é gostoso. Se o leitor preferir o enfrentamento direto evitando os resumos deve, no entanto, tomar algumas precauções. Seria recomendável começar pelos capítulos relacionados com a gênese da produção capitalista e que se encontram no final do primeiro volume, especialmente os capítulos 23, 24 e 25 sobre a *acumulação capitalista*, a *acumulação primitiva* e a *moderna teoria da colonização*. Em seguida, capítulos mais descritivos como o 18, o 19 e o 20 sobre o *salário por tempo*, o *salário por peça*, e as *diferenças nacionais de salários;* o longo capítulo 8 sobre a *jornada de trabalho* também pode ser incluído neste último grupo.

Mais habituado com o estilo de Marx e seu método de desenvolver as questões o leitor poderia passar para os capítulos 11, 12, e 13 sobre a *cooperação*, a *divisão do trabalho e manufatura*, e *maquinaria e grande indústria*. Depois, os capítulos mais complexos, começando então do começo. No entanto, se alguns pontos não forem entendidos (o que é o mais provável de acontecer), especialmente dos famosos três

primeiros capítulos seria recomendável saltá-los e reiniciar a leitura a partir dos seguintes voltando posteriormente ao começo.

Aqueles que acharem mais fácil começar pelos resumos ou pelas leituras mais acessíveis do próprio Marx deveriam ler textos como o de Carlo Cafiero *'O Capital': uma leitura popular*, ou *Salário, preço e Lucro* de Marx. Resumos um pouco mais ambiciosos, como o de Paul SWeezy *A teoria do desenvolvimento Capitalista*, poderiam ser consultados por aqueles que já se encontram mais adiantados na leitura dos textos de Marx.

Os que desejarem um bom exemplo da utilização da teoria marxista para a análise de uma situação concreta podem consultar de preferência o texto de Lênin *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Para uma vinculação entre as concepções de Marx e a construção do socialismo o texto mais interessante é *Crítica ao Programa de Gotha*.

De resto, é só ter um pouco de paciência, nos momentos de desânimo, assobiar a "Internacional".

## Biografia

Paulo Sandroni formou-se em economia em 1964 na Universidade de São Paulo. Entre 1965 e 1969 lecionou na Faculdade de Economia da P.U.C. de São Paulo e na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Rio Claro. Em 1970 transferiu-se para o Instituto de Estudios Internacionales da Universidade do Chile onde permaneceu até a queda do governo de Salvador Allende. Posteriormente residiu na Colômbia, tendo lecionado na Universidade de Los Andes, em Bogotá, de onde retornou ao Brasil em 1979. Atualmente é professor da Faculdade de Economia da P.U.C e da F.G.V de São Paulo. É autor do livro *Questão Agrária e Campesinato: a 'funcionalidade' da pequena produção mercantil* e *O que é Recessão.*